

onfissão de Fé ONGREGACIONAL

Declaração de Fé da Aliança das Igrejas
Evangélicas Congregacionais do Brasil

ALIANÇA DAS IGREJAS EVANGÉLICAS CONGREGACIONAIS DO BRASIL
Av. Dr. José Rufino, 968
Estância - Recife/PE
CEP: 50.781-350

Diretoria Executiva Nacional
Pres.: Pr. Sérgio Paulo de Menezes
Vice-pres.: Pr. Nicácio Moura
1º Secretário: Pr. Jonas Moreno
2º Secretário: Pr. Walker Neves
Tesoureiro: Pr. André Spínola

Diretoria do DERP
Diretor: Pr. Moisés Alves
Vice-Diretor: Pr. Joelson Gomes
1° Secretário: Pr. Leonardo Félix
2° Secretário: Pr. Weber Alves
Tesoureiro: Pr. Walter Bezerra

Confissão de Fé Congregacional, fevereiro/2015

Comissão Nomeada em Concílio Especial em Gravatá/PE - Março 2012:
Pr. Bruno César Cordeiro de Araújo – Relator
Pr. Anderson José de Andrade Firmino
Pr. Aurivan Marinho da Costa
Pr. Eudes Lopes Cavalcante
Pr. Joelson Ferreira Gomes
Pr. Manoel Antônio do Carmo Filho
Pr. Moisés Alves Lima de Barros
Pr. Weber Firmino Alves

Cooperação dos membros do DET
Pr. Bertoni Feliciano de Souza
Pr. Carloson Roberto dos Santos

Conselho editorial
Pr. Bruno César Cordeiro de Araújo
Pr. Joelson Ferreira Gomes
Pr. Moisés Alves Lima de Barros
Pr. Sérgio Paulo de Menezes

Editor responsável
Joelson Gomes

Projeto gráfico, capa, diagramação
Fabíola Soares

Tiragem
10 mil exemplares

Todos os direitos reservados. Proibida reprodução sem autorização, sob pena prevista em lei nº 9.610 de 19/02/1988

Serviço de Atendimento ao Cliente
Fone: (81) 3049-2063 / 3049-3063 / 9874-3130
E-mail: alianca.b@hotmail.com

ALIANÇA
DAS IGREJAS EVANGÉLICAS
CONGREGACIONAIS DO BRASIL

DERP
Departamento de Educação Religiosa e Publicações

Sumário

Apresentação.....05
Prefácio.....11
A Igreja Cristã, os Congregacionais e as Confissões de Fé 15
Capítulo 1 - Das Sagradas Escrituras.....23
Capítulo 2 - De Deus e da Santíssima Trindade.....31
Capítulo 3 - Do Decreto Eterno de Deus 33
Capítulo 4 - Da criação.....37
Capítulo 5 - Dos seres angelicais..... 39
Capítulo 6 - Da providência.....41
Capítulo 7 - Da queda do homem, do pecado e de sua punição.....45
Capítulo 8 - Do pacto de Deus com o homem 49
Capítulo 9 - De Cristo, o mediador 53
Capítulo 10 - Do livre arbítrio.....57
Capítulo 11 - Da vocação eficaz..... 59
Capítulo 12 - Da justificação..... 61
Capítulo 13 - Da adoção.....65
Capítulo 14 - Da santificação..... 67
Capítulo 15 - Da fé salvífica.....69
Capítulo 16 - Do arrependimento para a vida.....71
Capítulo 17 - Das boas obras.....75
Capítulo 18 - Da perseverança dos santos..... 79
Capítulo 19 - Da certeza da graça e da salvação..... 81
Capítulo 20 - Da Lei de Deus..... 85

Capítulo 21 - Do Evangelho e da extensão da graça deste..... 89
Capítulo 22 - Da liberdade cristã e da liberdade de consciência..... 93
Capítulo 23 - Do culto religioso e do dia do repouso..... 95
Capítulo 24 - Dos juramentos legais e dos votos..... 99
Capítulo 25 - Das autoridades constituídas.....103
Capítulo 26 - Do casamento e do divórcio.....105
Capítulo 27 - Do Espírito Santo.....109
Capítulo 28 - Da Igreja.....115
Capítulo 29 - Da comunhão dos santos..... 123
Capítulo 30 - Dos sacramentos.....125
Capítulo 31 - Do Batismo.....127
Capítulo 32 - Da Ceia do Senhor.....131
Capítulo 33 - Do estado dos homens depois da morte e da ressurreição dos mortos.....137
Capítulo 34 - Da segunda vinda e do juízo final.....139
A Instituição das Igrejas e a ordem apontada nelas por Jesus Cristo.....141

Apresentação

Em janeiro de 2006, eu participava da organização de uma conferência teológica na Igreja Congregacional de Torrões, na cidade do Recife-PE, à época pastoreada pelos Reverendos Marcos Gladstone Silva e Glevison Barbosa Soares. Eu atuava ali como pastor auxiliar desde meu provisionamento um ano antes. No dia 25 de janeiro do referido ano, exatamente uma quarta-feira, pregaria nessa conferência o Rev. Aurivan Marinho da Costa. Após sua palestra, me convidara para estar em seu gabinete no dia seguinte na Igreja Congregacional da Estância, Recife/PE. Todos sabíamos que ele era naquele momento, o nome mais cotado para assumir a liderança denominacional entre os Congregacionais da Aliança das Igrejas Congregacionais do Brasil, ele, contudo, não tinha a mesma certeza disso. Mas no dia seguinte, atendendo o seu convite, fui até a Igreja da Estância e em nossa conversa no seu gabinete, o Pastor Aurivan me convidava para auxiliá-lo no pastorado da Igreja caso ele fosse eleito. Ficamos de orar para que Deus conduzisse o processo, havia muitas dúvidas em seu coração sobre se deveria dar esse passo ou não, e assim, até o Concílio Nacional em Março, eu ficava com um pé dentro e o outro fora da Estância, já que o Pr. Aurivan, para pôr numa frase que nós usávamos muito naquela época: *"Ia dormir candidato e acordava sem o ser"*.

Finalmente em março de 2006, o Concílio Nacional da Aliança das Igrejas Congregacionais do Brasil, elegia como seu presidente o Rev. Aurivan Marinho da Costa, e eu, como acordado, seria transferido da Igreja de Torrões para o trabalho pastoral na Estância, a fim de dar ao novo presidente, maior capacidade de mobilização nas lides denominacionais. Por cerca de dois anos, trabalhamos com o Rev. Bertoni Feliciano que já estava ali antes de mim, foram anos inesquecíveis de harmonia,

aprendizado e fortalecimento de laços. Ao voltarmos daquele Conclave histórico, minha primeira atitude em nossa conversa no gabinete, foi fazer uma solicitação ao novo presidente: *"Por favor, sei que você fará muitas coisas à frente dessa denominação, mas eu lhe peço -disse eu- não saia da presidência sem traduzir a Declaração de Savoy e colocá-la na mão do povo Congregacional"*. Graças ao nosso bom Deus, fui atendido em minha petição, e foi aí que tudo começou!

A tradução da Confissão de Fé de Savoy gerou muitos questionamentos e inacreditavelmente até protestos, grande parte dos críticos sequer havia se dado ao trabalho de ler um único capítulo da Confissão. Os preconceitos e falta de conhecimento, estavam prestes a prejudicar toda uma denominação, contudo, a mão invisível da providência estava guiando os novos passos dados pela ALIANÇA, e em meio a algumas incompreensões e resistências, o Senhor levava sua obra a cabo, isso tem gerado em nós a mais profunda e verdadeira compreensão de que nenhuma figura humana tem mérito algum nisso, quem acompanhou conscientemente os passos dados pela ALIANÇA nos últimos anos, jamais chegará à outra conclusão a não ser que devemos estar prontos para tomar como nossa a doce fala apostólica: *''Ora, àquele que é poderoso para fazer infinitamente mais do que tudo quanto pedimos ou pensamos, conforme o seu poder que opera em nós, a Ele seja a glória, na Igreja e em Cristo Jesus, por todas as gerações, e para todo o sempre. Amém!''* Não temos como nutrir outra convicção que não essa, por causa dos desafios gigantescos, das dificuldades inimagináveis e da pequenez absurdamente esmagadora que de nós se apoderara. Assim Deus o sabe!

Mas traduzimos então Savoy, contando com a valiosa contribuição dos missionários europeus, o Reverendo Glenn Thomas Every-Clayton, sua esposa a Drª Joyce E. Winifred Every-Clayton ambos na época, membros da Igreja Congregacional Pernambucana na cidade do Recife-PE, participando também do trabalho de tradução, o Reverendo Diego de Carlos Araújo Alves, da Igreja Congregacional de Boa viagem no Ceará. A esses amados irmãos, nossos calorosos reconhecimentos. A tradução de Savoy não a tornou oficialmente um documento denominacional, havia peculiaridades e idiossincrasias que separavam as tradições Congregacionais inglesa e brasileira. Muito embora sejamos devedores ao movimento Congregacional do século XVII na Inglaterra e nos reconheçamos lá, o Congregacionalismo que se desenvolveu por fim aqui no Brasil, possui características próprias tanto de governo como de doutrina. Nossa tradição confessional e reformada poderá ser atestada por qualquer leitor que folhear essa Confissão, contudo, dada a estrutura em que se deu o desenvolvimento do Congregacionalismo no Brasil, Savoy precisaria ser adequada às suas especificidades. Não há nisso problema algum, já que está de acordo com a mente e prática das Igrejas reformadas espalhadas pelo mundo (*Eclesia Reformata*

et Semper Reformanda est). Assim aconteceu com os teólogos no palácio de Savoy quando produziram algumas mudanças no texto de Westminster - texto esse que alguns deles ajudaram a compor- dando origem a Declaração de Savoy de Fé e Ordem para estar de acordo com os princípios do Congregacionalismo inglês de seu tempo. Assim agiu a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América do Norte com relação à Confissão de Westminster quando produziu algumas alterações nessa venerável Confissão para adequá-la ao Presbiterianismo norte-americano, e isso mais de uma vez, e assim fez também a Igreja Presbiteriana do Brasil com a mesma Confissão suprimindo dela, o que não se encaixaria com a realidade do presbiterianismo brasileiro. Portanto, o procedimento é de verdadeira coesão com a tradição protestante e reformada. Esse valioso princípio foi utilizado e ao mesmo tempo, começou a tomar forma, o sonho de vermos nossa amada Confederação de igrejas congregacionais de posse de uma Confissão que partisse de Savoy, com as modificações que de fato fossem necessárias, passando então a existir de forma coerente com a natureza confessional que sempre pertenceu à herança Congregacional.

Em 2012 o Concílio Nacional da Aliança das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil, reunido na Cidade de Gravatá-PE, entre os dias 24 a 27 de Abril, deliberou que uma comissão fosse formada para apresentar ao Concílio seguinte, no espaço de dois anos, um texto doutrinário que pudesse tornar-se padrão oficial para as Igrejas da Denominação. No dia 27 de Abril, por ocasião do encerramento daquele histórico Concílio, eu teria a honra de ser nomeado relator da magna comissão que em dois anos, teria a grave responsabilidade de apresentar ao Concílio o que seria a Confissão de Fé dos Congregacionais da ALIANÇA. Participariam da comissão os Reverendos (Bertoni Feliciano de Souza; Weber Firmino Alves; Moisés Alves de Lima Barreto; Anderson José de Andrade Firmino; Carloson Roberto dos Santos; Joelson Ferreira Gomes; Eudes Lopes Cavalcante; Aurivan Marinho da Costa; Manuel Antônio do Carmo Filho; Bruno César Cordeiro de Araújo). Durante cerca de dois anos, a comissão dedicou-se a oração e pesquisas particulares e coletivas que pudessem ajudar em seu trabalho. Nosso primeiro desafio seria definir o método que utilizaríamos na produção de tal documento. Meu desejo e proposta era que partíssemos de Savoy e a preservássemos o máximo possível. Discutiu-se a possibilidade de construir algo novo, adaptado a realidade contem-porânea, contudo, em nossa análise, concluímos que as confissões são altamente contemporâneas, pois abordam questões que não caducam, e ponderamos que as igrejas de herança reformada e protestante, abraçam confissões antiguíssimas sem tornarem-se ultrapassadas, pois as confissões possuem princípios doutrinários que podem ser aplicados as mais diversas situações. Alguns dentre nós, defenderam que deveríamos produzir uma "teologia brasileira", entretanto, o parecer da comissão, foi de que a Teologia Bíblica possui

um caráter transcendente, não podendo ser em sua essência, brasileira, europeia, americana, africana ou asiática por definição. Lembramos ainda, que, deveríamos ter todo o cuidado e reverência, visto que, nenhum de nós, por mais bem dotado teologicamente que fosse, jamais se igualaria no conhecimento, piedade e zelo, a homens como John Owen, Thomas Goodwin e tantos outros que elaboraram essa Confissão. Era necessário que se observasse ainda a importância de preservar Savoy, não apenas pelo seu conteúdo doutrinário, absolutamente fora de discussão, mas também pelo seu valor histórico, entendíamos que o nosso dever era incluir a ALIANÇA no diálogo com as outras tradições reformadas no Brasil, e em Savoy, teríamos também esse respaldo. Submetida a discussão à votação, pela GRAÇA DE DEUS, a proposta venceu, e então decidimos seguir o texto de Savoy. Nosso método a partir de então, em cada encontro da comissão, consistiu em estudar minuciosamente cada seção de cada capítulo da Declaração de Savoy, precedidos e sucedidos de oração, meditação e discussão, para discernirmos a viabilidade de subscrição de seu conteúdo. E fizemos isso em cada uma de nossas reuniões. Não éramos unânimes, Deus o sabe... pelo contrário, havia muitas diferenças entre nós, mas o SENHOR usou a oração para gerar em nós submissão a sua verdade. A Ele toda a glória!

Acabado o trabalho da comissão, era hora de discutir o texto com pastores e representantes das Igrejas, o que tentamos fazer numa verdadeira peregrinação por algumas de nossas Distritais. Louvamos a Deus pela acolhida e pela maneira honrosa que a esmagadora maioria dos irmãos nos concedeu. Por fim, chagamos ao Concílio Nacional realizado entre os dias 24 a 28 de Março de 2014 na Cidade de Garanhuns-PE, onde discutimos exaustivamente os pontos do documento nos quais ainda havia dúvidas e discordâncias, em plenárias absolutamente maduras, respeitosas e com nível espiritual desejável para todos os nossos Concílios dali para frente. Nosso Concílio foi encerrado com uma honrosa cerimônia de subscrição de nossa Confissão de Fé (algo feito pela maioria esmagadora dos delegados, conforme registrado em livro lavrado para esse fim).

O que o leitor tem em mãos, é uma das mais ricas Confissões de Fé da tradição reformada e Congregacional cujo conteúdo está a altura de qualquer Confissão da grande Reforma. Pode-se dizer que é Savoy, só que, digo isso com toda reverência, mais rica, mais ampla. Conta com um capítulo exclusivo sobre Pneumatologia, algo que faltava nas Grandes confissões traduzidas para a língua portuguesa. O texto que entregamos aos povos de língua portuguesa é fruto quase em sua totalidade de Savoy, as pequenas alterações que foram realizadas, o foram sob a tutoria das grandes Confissões reformadas como: Westminster, Belga, Confissão de Fé Batista de 1644, 1689 e os grandes Catecismos. Portanto, o que temos aqui, é pura doutrina

protestante e reformada, no sentido mais rico da palavra, um verdadeiro Ad fontes para todos os Congregacionais do Brasil, quer pertençam a ALIANÇA ou não. Meu conselho a você? Sente-se, ore e estude as doutrinas das Escrituras.

Boa leitura!

NEle, que exige de nós um coração pronto e sincero em sua obra!

Santa Cruz do Capibaribe-PE, Julho, 2014

Bruno César Cordeiro de Araújo
Pastor da 1ª Igreja Evangélica Congregacional Vale da Bênção em Santa Cruz do Capibaribe-PE
Diretor do Departamento Educação Teológica e
Vice-diretor da 2ª Região Administrativa da ALIANÇA

Prefacio

Era início de 2006 e a Aliança das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil começava a vivenciar o processo para a eleição de uma nova Diretoria Executiva Nacional, o que se daria em Concílio Especial agendado para o mês de março no Hotel Carapibus, Conde-PB. Na oportunidade, o meu nome foi cogitado como um dos possíveis candidatos à presidência da nossa denominação. A princípio, resisti fortemente aos argumentos daqueles que entendiam que eu poderia contribuir administrativamente para o desenvolvimento da Aliança. Posteriormente, depois de ponderar e orar a Deus, o desafio foi aceito. Sinceramente, eu não pleiteava a presidência da Aliança por motivações políticas, status ou por almejar algum privilégio. Havia sim um grande desejo de elaborar um plano de trabalho com propostas simples, realizáveis e compatíveis com o Reino de Deus. Nossas propostas foram apresentadas aos conciliares em plenário, que numa ação da soberania de Deus, nos elegeu, não apenas por um, mas por quatro mandatos consecutivos, totalizando oito anos de gestão.

Uma das preocupações contemplada no Plano Diretor era quanto à identidade doutrinária das nossas igrejas e pastores. Percebíamos claramente o quanto denominações como a nossa encontravam-se expostas aos cismas, ao pluralismo e ao pragmatismo religioso da cultura vigente. Dentre as muitas ações que empreendíamos com esse fim, uma delas defendia o retorno às origens históricas do Congregacionalismo, considerando o legado da Reforma Protestante e dos puritanos ingleses. Assim, entendíamos que se fazia necessário a tradução da Declaração de Savoy sobre Fé e Ordem para língua portuguesa a fim de que todos pudessem conhecer, examinar e familiarizar-se com seus conteúdos. O texto foi

traduzido e disponibilizado à todos quantos tinham interesse. Posteriormente, tivemos a oportunidade de adaptar Savoy para a realidade do Congregacionalismo Brasileiro, conforme detalhes mencionados na apresentação do Pastor Bruno César Cordeiro de Araújo.

É importante salientar, no entanto, que o interesse por uma denominação de identidade mais sólida não significava o grito solitário de um candidato a presidente. Havia uma maioria de pastores e igrejas que comungavam desse mesmo anseio. Na verdade, o que tem acontecido com a Aliança desde o início da década de 1990 é um verdadeiro despertamento teológico. Trata-se de um grande interesse pelo estudo das antigas doutrinas da graça, pela pregação genuína do Evangelho e por uma teologia bíblica e pertinente para um viver piedoso. Aos poucos as igrejas começaram a requerer que seus pastores tivessem mais conteúdo doutrinário, novos seminários foram instituídos, revistas, livros e artigos publicados. Nossos eventos denominacionais passaram a contar com pregadores do nosso próprio quadro de ministros, sem deixar de atender às expectativas em termos de preparo, conteúdo e, especialmente, zelo pelas Escrituras. Julgo que o divisor de águas para esse despertamento teológico foi quando surgiu o DET (Departamento Teológico), presidido, na oportunidade, pelo Pastor Marcone Carvalho de Santana. Lembro-me que no mesmo concílio em que fui ordenado ao Sagrado Ministério, recebi o honroso convite para auxiliá-lo na árdua tarefa de juntos desenvolvermos um trabalho que mudaria radicalmente os critérios de ordenação e recepção de pastores ao Quadro de Ministros da Aliança, requerendo mais preparo, formação e identidade teológica. Trabalhar com o Pastor Marcone Carvalho de Santana, Pastor Pedro Bezerra e tantos outros, foi uma experiência inesquecível. Em seguida, o Pastor Marcone foi eleito presidente nacional da Aliança e o cajado foi entregue às minhas mãos. Com seu apoio incondicional, continuamos no DET por quase dez anos, aprofundando as reformas e plantando uma semente de transformação através de cada novo pastor ordenado. Quando saí do DET, o trabalho continuou se desenvolvendo com o Pastor Manoel Antônio do Carmo e atualmente com o Pastor Bruno César.

Mas, afinal, porque deveríamos ter uma confissão de fé? Qual a relevância desse documento para a igreja em pleno séc. XXI? Irei elencar algumas razões que justificam a publicação desse texto:

Primeiro, porque uma confissão de fé ou credo serve para expressar a unidade de um determinado grupo de igrejas. Nesses últimos tempos, fala-se muito que não devemos mais tratar dos dogmas ou doutrinas da igreja, uma vez que isso traz divisões e prejudica a unidade. O fato é que nunca houve tanto divisionismo como em nossos dias. É um grande engodo pensar que pode haver unidade no meio

de uma babel doutrinária. Na igreja de Jerusalém, havia unidade, comunhão e solidariedade porque antes de tudo *"eles perseveravam na doutrina dos apóstolos"* (At. 2.42).

Segundo, porque estamos diante de uma cultura pluralista e pragmática que relativiza a verdade e os axiomas que, historicamente, marcaram a civilização ocidental. Cremos que a sistematização dos conteúdos da fé que nos foi entregue é um auxílio tanto para pastores quanto para ovelhas piedosas que desejam dar razão à sua fé.

Terceiro, porque há uma tentativa de submeter as Escrituras ao *"experiencialismo"*. Na idade média, a igreja romana pôs a tradição acima das Escrituras, na modernidade, as Escrituras foram sujeitadas ao crivo da razão, enquanto que no pós-modernismo os homens preferem confiar mais nas próprias experiências que nas Escrituras. A igreja é cada vez mais influenciada por opiniões, métodos, práticas de misticismo e novas revelações. Acreditamos que uma confissão de fé pode, além de gerar interesse pelo estudo das Escrituras, livrar muitos de uma fé subjetivista e alienante.

Quarto, porque temos a esperança de que o bom uso de um documento dessa natureza pode nos auxiliar a edificar a Igreja
do Senhor, no glorioso propósito de resgatarmos as marcas dos primeiros Congregacionais ingleses: pureza na doutrina, pureza na vida e pureza no culto.

Além do mais, devemos considerar o inegável caráter confessional da igreja, seja pelo exame das Escrituras seja mediante o estudo da teologia histórica. A fé que se origina no coração se torna confessionalmente conhecida pela proclamação e vivência, defesa e zelo dos que creem (Rm. 10.9,10). Ser confessional hoje é andar na contra mão de uma cultura religiosa, cuja apostasia se revela na rejeição da fé, isto é, no abandono dos conteúdos doutrinários: *"O Espírito afirma expressamente que, nos últimos tempos, alguns se desviarão da fé e darão ouvidos a espíritos enganadores e a doutrinas de demônios"* (1Tm. 4.1). O resultado disso é um Cristianismo sem vida e sem autoridade, tendo como centro normalizador o misticismo de um lado e de outro o liberalismo teológico. Ser confessional é compreender a natureza da igreja como *"coluna e baluarte da verdade"* (1Tm. 3.15). *"A fé que de uma vez por todas foi entregue aos santos"* (Jd. 3) não pode ser modificada ou trocada em detrimento de outro *"evangelho"*, ainda que um anjo do céu apresente-se como suposta fonte de revelação (Gl. 1.8). É tarefa da igreja preservar e guardar o bom depósito da fé, sem jamais se envergonhar do Evangelho de Cristo Jesus (Rm. 1.16). Nosso Senhor declarou a vocação confessional da igreja como evidência da verdadeira fé (Mt. 10.32-33). Uma vez que a fé não pertence a todos, confessar a Cristo diante do mundo, com graça, esperança e intrepidez é

missão dos eleitos. Espera-se sempre que em tempos de confusão religiosa, a Igreja se diferencie da multidão assim como fez o apóstolo Pedro: *"tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo"* (Mt. 16.16). É dever da igreja professar sua fé com coerência bíblica, pureza doutrinária e convicção destemida.

O caráter confessional da igreja também pode ser comprovado na sua história e ortodoxia. Os credos e confissões de fé da igreja são fruto da efervescência e zelo pelas Escrituras. É da própria natureza humana adotar a postura do politicamente correto, render-se diante das tendências da cultura, temendo a reprovação dos homens. Porém o próprio Deus age soberanamente inquietando e despertando seus servos para reafirmar a verdade do Evangelho em contextos dos mais desafiadores. Assim, é que desde os primórdios da igreja surgiram documentos de fé como o Credo Apostólico, utilizado desde o segundo século pelas igrejas de Tertuliano e o Credo Niceno, formulado em 325 d.C. Com o advento da Reforma protestante, a necessidade de sistematização da fé, desencadeou a formulação de várias confissões. Relacionamos aqui a Confissão da Guanabara, de 1558, primeiro escrito protestante no Brasil e de todo o Continente Americano; Confissão de Fé Francesa, de 1559, também conhecida como Confissão de Fé gaulesa ou Confissão de La Rochelle; Confissão de Fé Escocesa, de 1560; Confissão de Fé Belga, de 1561; Catecismo de Heidelberg, de 1563; Cânones de Dort, de 1619; Segunda Confissão Helvética, de 1566; Confissão de Fé de Westminster, de 1646; Catecismo Maior de Westminster, de 1649; Breve Catecismo de Westminster, de 1649; Declaração de Savoy sobre Fé e Ordem, de 1658, alterada dos Padrões de Westminster para o modelo Congregacional, e a Confissão de Fé Batista, de 1689.

Em diálogo com esses extraordinários documentos da fé cristã, temos a alegria de recomendar a Confissão de Fé da ALIANÇA, de 2014, que representa não apenas o corpo de doutrinas da Aliança das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil, mas que anelamos ser a expressão dos padrões doutrinários do Congregacionalismo Brasileiro, além, é claro, de se constituir num legado doutrinário de grande relevância a Igreja do Brasil. Ao nos aproximamos dos 500 anos da Reforma Protestante, 400 anos do Congregacionalismo Inglês, 160 anos do Congregacionalismo Brasileiro e 50 anos da ALIANÇA, o texto que, agora disponibilizamos, é uma expressão do nosso tributo a Deus, a quem pertence a glória, a honra e o louvor pelos séculos dos séculos. Amém!

Aurivan Marinho da Costa
Pastor da Igreja Evangélica Congregacional da Estância, Recife-PE

A Igreja Crista, os Congregacionais e as Confissoes de Fe

A história do Cristianismo é testemunho vivo de que os cristãos desde cedo confessaram e publicaram suas crenças através de declarações de fé. Quando os problemas doutrinários começam a aparecer as definições teológicas a respeito de Deus, de Cristo e de outras doutrinas da fé cristã exigem muita reflexão. Em resposta a História mostra que a Igreja Cristã convoca concílios, estuda os temas controversos e elabora seus credos.

Abaixo, você terá um breve sumário dos principais credos da fé cristã desde seus começos, bem como com o advento do Protestantismo suas primeiras expressões de fé, culminando com o Congregacionalismo. Demonstrando assim que nem a fé cristã em geral, nem os Congregacionais em particular são avessos a Confissões e que o fato de expressar suas crenças em documentos é parte inerente da História do Cristianismo e do Congregacionalismo.

I. AS PRIMEIRAS CONFISSÕES DE FÉ NA HISTÓRIA DA IGREJA CRISTÃ

1- Credo Apostólico (séc. II d.C.) - O primeiro credo substancial dos cristãos é o Credo Apostólico. Este é o desenvolvimento de vários artigos confessados na Igreja desde o segundo século de nossa era e que chegou a sua forma definitiva no século sexto. E é nesta época que se tem registros de seu uso na liturgia da Igreja Cristã no Ocidente.

2- Credo de Nicéia (325 d.C.) - No século IV, um homem chamado Ário

começou a ensinar que embora o Filho de Deus, Jesus Cristo, fosse divino era um ser criado e, portanto, não da mesma essência do Pai. Isto fazia com que Jesus fosse considerado inferior a Deus se tornando um desafio para a doutrina da Trindade que ensinava um mesmo Deus revelado como Pai, Filho e Espirito Santo. Foi reunido um concílio da Igreja Cristã, na cidade de Nicéia, em 325 d.C., para dirimir este problema e confirmar a divindade de Cristo de onde temos a súmula em um credo: o famoso Credo de Nicéia. Este credo foi reafirmado também no Concilio de Constantinopla (381 d.C).

3- Credo de Calcedônia (451 d.C.)- O Concílio de Niceia (325 d.C.) estabeleceu o ensino oficial da Igreja acerca da divindade de Cristo. Ficou provado que Ele deveria ser adorado. Jesus Cristo é, como se diz, de uma substância, um essência com o Pai. Não deveria haver qualquer questionamento sobre se Cristo possuía um grau de divindade inferior ao Pai. O Concílio de Calcedônia – o quarto Concílio ecumênico da Igreja. Chama-se ecumênico porque abrangia os lideres cristãos do Oriente e do Ocidente na época – lidou especificamente com a relação entre essa Segunda Pessoa divina da Deidade e a pessoa humana de Jesus Cristo. O Concílio questionava: Deus se tornou humano? Aproximadamente 370 membros se encontraram em Calcedônia em outubro de 451 a fim de elaborar uma posição cristológica coerente que demonstrasse que Cristo era uma única pessoa com duas naturezas, uma divina e uma humana. E foi isso que ficou registrado no que ficou conhecido como Credo de Calcedônia.

II. OS PROTESTANTES E AS CONFISSÕES DE FÉ

No século XVI, houve a grande divisão do Cristianismo e o surgimento da fé Protestante. Uma das bandeiras deste movimento era “Sola Scriptura”, ou seja, afirmavam que as suas doutrinas só seriam baseadas na Bíblia, que estavam resgatando a centralidade das Escrituras na Igreja. Contudo, isso não os levou a abrir mão das confissões de fé, porque uma declaração de fé não anula a doutrina de “Sola Scriptura”, antes a confirma. A vasta produção de confissões de fé pelos Protestantes de todas as tradições é uma prova de que Bíblia e declaração de fé não são excludentes. Abaixo, veja um sumário das mais importantes declarações protestantes:

1- Lutero e a Confissão de Augsburgo (1530) - No século XVI, o Imperador Carlos V, com o fim de ter uma frente unida na sua luta contra os turcos, entendeu

que deveria acabar com as disputas religiosas entre Católicos Romanos e Protestantes que assolavam a Europa. Para isso convocou os príncipes representantes das cidades para uma dieta a se reunir em abril de 1530 na cidade Augsburgo, Alemanha. Diante disso o príncipe eleitor da Saxônia solicitou a seus teólogos em Wittenberg a construção de um documento expondo as mudanças ocorridas nas igrejas de sua terra (antes romanas, mas agora luteranas). Levaram também os Artigos de Schwabach que o patrono de Lutero, o Eleitor John Frederick da Saxônia, pediu-lhe para preparar em 1529. Decidiram fazer uma declaração luterana conjunta em vez de uma simples declaração saxônica. Assim, Os Artigos de Schwabach foram anexados ao documento de Augsburgo perfazendo a junção deles a Confissão de Augsburgo. Este é o documento central da Reforma Protestante na Alemanha.

2- A Primeira Confissão Helvética (1536)- Representando oficialmente as principais cidades reformadas suíças, vários teólogos se reuniram em Basiléia nos dias 1 a 4 de fevereiro de 1536 e elaboraram este documento que se tornou a primeira confissão geral suíça e a primeira confissão reformada com autoridade nacional, sendo considerado o ápice do desenvolvimento confessional do Zuinglianismo (referente a Ulrich Zwinglio reformador suíço). Essa confissão continuou por muitos anos a ser uma eloquente expressão da fé dos reformadores suíços até a elaboração da Segunda Confissão Helvética.

3- A Confissão Belga (1561)- A construção desta confissão se deu no tempo em que os protestantes dos Países Baixos sofriam forte repressão da Espanha católica que dominava a região. Seu autor foi o pastor reformado Guido de Brès (c. 1522-1567), que, após passar alguns anos na Inglaterra como refugiado (1548-1552), retornou à Bélgica. Teve que fugir novamente em 1561, ano em que escreveu a Confissão. Ela foi recebida pelas igrejas reformadas dos Países Baixos e foi aceita por sínodos reunidos em Antuérpia (1566), Wesel (1568) e Emden (1571), este último é tido como o sínodo de fundação da Igreja Reformada da Holanda.

4- A Segunda Confissão Helvética (1562)- Em 1562 Heinrich Bullinger elaborou esta confissão que foi publicada em 1566 por Frederico III príncipe eleitor do Palatinado, uma província da antiga Alemanha. Esta confissão foi adotada pelas Igrejas Reformadas da Suíça, França, Escócia, Hungria, Polônia e outras.

5- Os 39 artigos da Religião (1563)- Este documento foi concebido para marcar a diferença da Igreja Anglicana em relação à Igreja Católica Romana e aos

dissidentes protestantes na Inglaterra. A motivação para a sua produção foi a ausência de um consenso geral sobre questões de fé após a separação entre a igreja inglesa e a de Roma. O documento funciona como uma “via media” entre as crenças e práticas da Igreja Católica Romana e dos puritanos ingleses, dando, assim, a Igreja da Inglaterra um ar de reformada. A "via média" foi expressa tão habilmente nos artigos que alguns enxergam o seu conteúdo como um dos primeiros exemplos da ideia de que a doutrina do Anglicanismo é um "catolicismo reformado".

6- Catecismo de Heidelberg-(1563) - Foi elaborado no ano de 1563 a pedido do Príncipe eleitor Frederico III, que governava o Palatinado, uma província da antiga Alemanha. Ele queria um catecismo para instrução dos jovens e para servir de guia para pastores e professores. Para este importante trabalho ele chamou os doutores Zacarias Ursinos e Gaspar Olevianus. O Catecismo foi bastante usado na Faculdade de Heidelberg, chegando a ser adotado por um Sínodo em Heidelberg e publicado em Alemão com um prefácio de Frederico III datado de 19 de janeiro de 1563.

7- Confissão Batista de 1644 - Em 1644 foi produzida a primeira Confissão de Fé dos Batistas de Londres. Jonh Spilsbury, William Kiffin e Hansed Knollys, dentre outros, redigiram uma confissão onde eles declaravam suas crenças e de suas congregações. Um total de quinze pastores batistas particulares (calvinistas) participaram da elaboração deste documento. A confissão tinha o propósito explicito de acabar com a confusão provocada pelos ingleses de que eles eram Anabatistas (outro movimento cristão da época).

8- Confissão de Westiminster (1648)- A assembleia que deu origem a esta confissão se reuniu na Inglaterra de 1643-1649 e foi uma das principais contribuições dos puritanos calvinistas ingleses que ha quase um século vinham lutando sem sucesso por uma reforma profunda na Igreja da Inglaterra (Anglicana). Na década de 1640, os puritanos ganharam o controle do Parlamento inglês e entraram em guerra contra o rei Carlos I, que queria manter o sistema episcopal na Igreja Inglesa. Esse Parlamento calvinista convocou a assembleia que se reuniu na abadia de Westminster. Seus integrantes foram cerca de 120 dos mais piedosos e cultos ministros puritanos, ao lado de uns poucos, mas influentes, presbiterianos escoceses. Após extensos debates, o texto da confissão foi concluído no final de 1646. Posteriormente foram incluídas as passagens bíblicas de apoio, ocorrendo em 1648 a aprovação final pelo Parlamento.

9- Confissão Batista de 1689 - Esta confissão elaborada pelos Batistas

ingleses para demarcar sua fé foi publicada pela primeira vez em Londres em 1677. Ela era baseada na Confissão de Westminster e na Declaração de Savoy (1658) dos Congregacionais, com modificações para refletir os pontos de vista batistas sobre a organização da igreja e o batismo apenas de crentes. A confissão foi publicada novamente, sob o mesmo título, em 1688 e 1689.

III. A TRADIÇÃO CONGREGACIONAL CONFESSANDO SUA FÉ

Os Congregacionais não são exceção quando se trata de Confissões de Fé. Desde suas origens modernas na Inglaterra os Congregacionalistas estiveram às voltas com documentos que expressavam a suas crenças de maneira sistemática. No começo mantinham concordância com a Confissão Belga até o momento em que acharam por bem construir suas próprias declarações especificas. Abaixo segue um breve esboço histórico de alguns destes documentos.

1- A Verdadeira Confissão (1596)- Os Separatistas, nome dado ao primitivo movimento Congregacionalista na Inglaterra, foram muito perseguidos, e muitos foram presos, incluindo Francis Johnson e Henry Ainsworth, lideres deste movimento Congregacional insipiente. Desejando tornar clara a sua posição doutrinária e sua eclesiologia, tendo em vista as ameaças de ataques, Johnson e Ainsworth trabalharam para elaborar uma confissão de fé. Em 1596, o com o título abreviado de A Verdadeira Confissão (com 42 artigos) o documento foi apresentado como uma defesa geral da causa Separatista.

2- A Declaração de Fé de Henry Jacob - Em 1616 Henry Jacob estabeleceu uma igreja Congregacional em Southwark, Inglaterra, e também ali construiu uma declaração de fé com 28 artigos. Esta que é uma das primeiras confissões Congregacionais cobre desde a definição do que seria uma igreja verdadeira, passando pela constituição dos ministros, concílios, dias santos, oração, dízimos e abordando até os deveres do magistrado civil.

3- Plataforma de Cambridge (1648)- Quando os irmãos Congregacionais na América do Norte souberam que o sistema Presbiteriano fora o resultado da Assembleia de Westiminster na Inglaterra, convocaram um sínodo em Cambridge, Massachussets (EUA). Ali formularam uma plataforma para suas igrejas, rejeitando o Presbiterianismo como sistema de governo, mas concordando com a teologia reformada. Os Congregacionais da Nova Inglaterra tinham pouco problema com a

Confissão de Westminster, pois estavam totalmente de acordo com a sua teologia calvinista. No entanto, eles rejeitaram a visão de uma igreja liderada por presbíteros que se reuniam em presbitérios e sínodos com o poder legislativo. Para eles, como se afirmou na Plataforma, o foco do governo da igreja estava na congregação local, com a autoridade final descansando na votação da maioria dos membros em assembleia. Quando um problema local não puder ser resolvido, a congregação pode buscar a orientação de um conjunto de igrejas congregacionais; um concílio.

A Plataforma de Cambridge mesmo reconhecendo a necessidade de congregações locais terem comunhão com outras congregações, afirmou que sínodos não eram absolutamente necessário para a existência da igreja, eles só existiam devido à maldade dos seres humanos. A Plataforma concluiu que sínodos não devem exercer autoridade eclesial ou jurisdição sobre as igrejas locais. As reuniões de dirigentes teriam certo peso, mas suas decisões não se tornariam operacionais na igreja local, a não ser que os membros aprovassem.

4- Declaração de Savoy (1658)- Os Congregacionais se tornaram fortes na nação inglesa após a Guerra Civil (1642-1651). Oliver Cromwell o grande vitorioso e agora líder da nação não tinha ideia de desconectar o governo da religião. O Cristianismo foi plenamente reconhecido em seu governo, como parte integrante do direito da terra. Foi também um período de tolerância como nunca visto em qualquer reinado anterior. Nesse contexto, os Congregacionais ainda eram vistos a principio por muitos como mais uma das seitas que surgiram no país na década de 1648-1658. Assim, para mostrar que eram nada mais que o Protestantismo ortodoxo, e mostrar que a doutrina Congregacional era concordante com a doutrina Reformada, começaram a pensar na elaboração de uma confissão de fé. Estando em circunstâncias favoráveis, e tendo em vista o que já havia acontecido, o estabelecimento efetivo de uma comunidade exclusivamente Congregacional pelos seus irmãos, os "Pais Peregrinos", na América do Norte, os Congregacionais ingleses entenderam que poderiam repetir o que já havia acontecido na Assembleia Westminster, para garantir, pelo menos, certo grau de uniformidade religiosa na Inglaterra, com uma quantidade limitada de tolerância para com alguns dissidentes.

Oliver Cromwell, não parecia favorecer tal regime, mas pouco antes de sua morte, ele relutantemente deu o seu consentimento ao pedido de membros influentes do Parlamento para emitir uma confissão de fé para todo o reino, contanto que fosse *"sem obrigar as pessoas a ela obedecerem*", e que a todos os cristãos fosse estendida liberdade de profissão de sua fé, com exceção ao papismo ou a quem promovesse prática de incredulidade, licenciosidade ou profanação do nome de Cristo. Em Julho de 1658 um grupo de Congregacionais se reuniu em

Oxford para considerar sobre o caso e decidiram que esta reunião deveria ser em Londres. George Griffith, pregador em Charterhorse foi encarregado de escrever aos ministros Congregacionais de todo o país, para que divulgassem o fato em suas igrejas. A partir daí a Secretaria do Conselho de Estado convocou as igrejas Congregacionais, nas proximidades de Londres, para uma reunião no Palácio de Savoy, mas esta reunião não foi realizada até vinte e seis dias depois da morte de Cromwell. Assim, cerca de duzentos delegados de cento e vinte igrejas participaram da conferência, que durou de 29 de Setembro até 12 de Outubro de 1658. Houve dias de oração e jejum que iam desde a manhã até a noite. Eles aprovaram por unanimidade uma confissão de fé, disciplina e ordem. Estava pronta a Declaração de Savoy de Fé e Ordem onde estão expostos os princípios teológicos do Congregacionalismo inglês histórico.

Esta declaração é o trabalho de uma comissão, composta pelos Drs. Thomas Goodwin, John Owen, Philip Nye, William Bridge, Joseph Caryl, e William Greenhill. Homens sábios e que tinham sido membros da Assembleia Westminster. É dito que John Howe também teve grande participação na obra. Esta mesmo não sendo a primeira se tornou a mais famosa declaração de fé dos Congregacionais.

5- Plataforma de Saybrook (1708)- Este documento confessional foi produzido pelas igrejas Congregacionais de Connecticut (EUA). Ele continha uma confissão de fé (a reafirmação da Declaração de Savoy) e outros artigos sobre politica da igreja (a declaração de quinze pontos de política eclesiástica). Os artigos legislavam sobre o estabelecimento de associações em cada município, com poderes de supervisão das congregações locais; associações ministeriais com poderes para examinar os candidatos ministeriais sobre a doutrina e a moral; e uma associação anual geral, com responsabilidade indefinida, mas composta por delegados de cada associação. A participação na associação geral era voluntária. A Plataforma Saybrook substituiu a Plataforma de Cambridge de 1648 como o documento confessional mais importante da Nova Inglaterra.

6- Declaração da União Congregacional da Inglaterra e Wales (1833)- As Igrejas Congregacionais na Inglaterra e no País de Gales, frequentemente chamadas Independentes, aprovaram na reunião anual da União Congregacional, em maio de 1833, uma declaração de fé com XX artigos, que mantinha as doutrinas fundamentais de sua fé, e mais 13 artigos sobre os princípios de ordem e disciplina da Igreja aceitos por eles.

7- A Declaração de Fé de Niterói (1864) - Robert Reid Kalley o fundador,

junto com sua esposa Sarah Kalley, do Congregacionalismo brasileiro, assumiu a direção de um grupo de convertidos em Niterói, RJ, através dos cultos realizados na casa de Antônio Patrocínio Dias, em 1864. A perseguição era tanta que chegou aos ouvidos da Assembleia Provincial. Kalley escreveu para todos os deputados e demais autoridades um documento contendo uma declaração de fé com 12 artigos.

8- Os 28 Artigos (1876) - Tendo consolidado o trabalho Congregacional no Brasil, o pastor Robert Reid Kalley planejou viajar de volta para sua terra (Escócia). Mas, ele sentiu que faltava aos conversos as diretrizes da fé Protestante que mesmo sendo ensinadas nos cultos e estudos bíblicos, deveriam estar sumariadas em um documento. Sendo assim, ele apresentou em 1º de janeiro de 1875 à assembleia de membros da Igreja Evangélica Fluminense, 1ª Igreja Congregacional do Brasil, a base de uma confissão de fé. O documento foi aprovado em 02 de julho de 1876 e passou a se chamar os 28 artigos da Breve Exposição das Doutrinas Fundamentais do Cristianismo.

Esta pequena amostragem da importância das declarações de fé na história da Igreja Cristã e do Congregacionalismo, serve para demonstrar que o fato de a Aliança das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil ter construído e está publicando esta Confissão que você tem em mãos não vai contra os princípios cristãos, nem Congregacionais. Por toda História os cristãos e Congregacionais elaboraram documentos com suas crenças e isso lhes deu firmeza e conhecimento doutrinário.

Que seja assim também com os Congregacionais da ALIANÇA Congregacional em nosso país.

Joelson Ferreira Gomes
Membro da equipe de pastores da 1ª Igreja Evangélica Congregacional em João Pessoa/PB
Diretor e professor do Departamento de História do Seminário Teológico Evangélico Congregacional em João Pessoa/PB
Editor do Departamento de Educação Religiosa e Publicações da ALIANÇA

1 Das Sagradas Escrituras

I

Cremos e confessamos que ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus [1], de tal modo que os homens ficam indesculpáveis [2], contudo, elas não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e de Sua vontade que é necessário à salvação [3]; portanto, aprouve ao Senhor, em vários momentos e de diversas maneiras, revelar-se, e declarar Sua vontade à Sua Igreja [4]. E depois, para melhor preservar e propagar a verdade, e para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e a malícia de Satanás e do mundo, aprouve-lhe entregá-la para que fosse plenamente escrita [5]. Isso torna a Sagrada Escritura totalmente indispensável, tendo agora cessado aquelas antigas formas de Deus revelar Sua vontade a Seu povo [6].

1. *Sl 19.1-4.*
2. *Rm 1. 19-20, 32; 2. 1,14-15.*
3. *1Co 1.21; 2.13-14; 2Co 4.4.*
4. *Hb 1.1-2.*
5. *Êx 31.18; 32.16; Dt 31.9-13, 24-26; Js 24.26; Is 30.8; Jr 30. 2; Lc 1.3-4; Mt 4. 4,7,10; Rm 15.4; 1Co 14.37;*
6. *Is 8.20; 1Tm 3.15; 2Pe 1.19.*

II

Sob o nome de Sagrada Escritura, ou a Palavra de Deus escrita[7], incluem-se agora todos os livros do Antigo e Novo Testamento, os quais são:

7. *1Sm. 10.25; 1Cr. 29.29; 2Cr. 20.34; 26.22; 32.32; Jr. 30.2.*

ANTIGO TESTAMENTO

GÊNESIS
ÊXODO
LEVÍTICO
NÚMEROS
DEUTERONÔMIO
JOSUÉ
JUÍZES
RUTE
1º SAMUEL
2º SAMUEL
1º REIS
2º REIS
1º CRÔNICAS
2º CRÔNICAS
ESDRAS
NEEMIAS
ESTER
JÓ
SALMOS
PROVÉRBIOS
ECLESIASTES
CÂNTICOS DOS CÂNTICOS
ISAIAS
JEREMIAS
LAMENTAÇÕES DE JEREMIAS
EZEQUIEL
DANIEL
OSÉIAS
JOEL
AMÓS
OBADIAS
JONAS
MIQUEIAS
NAUM
HABACUQUE
SOFONIAS
AGEU
ZACARIAS
MALAQUIAS

NOVO TESTAMENTO

MATEUS	1 TIMÓTEO
MARCOS	2 TIMÓTEO
LUCAS	TITO
JOÃO	FILEMON
ATOS	HEBREUS
ROMANOS	TIAGO
1 CORÍNTIOS	1 PEDRO
2 CORÍNTIOS	2 PEDRO
GÁLATAS	1 JOÃO
EFÉSIOS	2 JOÃO
FILIPENSES	3 JOÃO
COLOSSENSES	JUDAS
1 TESSALONICENSES	APOCALIPSE
2 TESSALONICENSES	

Todos estes foram dados pela inspiração de Deus para serem a regra de fé e vida prática[8].

8. *Mt.11.27; Ef. 2. 20; 2Tm. 3.16; Ap. 22.18-19.*

III

Os livros comumente chamados de Apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon da Escritura. Portanto não são de nenhuma autoridade na Igreja de Deus nem de modo algum podem ser aprovados ou utilizados senão como meros escritos humanos[9].

9.*Lc. 24. 27,44; Rm. 3. 2; 2Pe. 1.21.*

IV

A autoridade da Sagrada Escritura, pela qual ela deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou Igreja, mas única e totalmente de Deus (que é a própria verdade)[10], o qual é seu Autor[11]. Logo, deve ser recebida porque é a Palavra de Deus[12].

10. *Jo. 17.17; Tt. 1.2; Hb. 6.18.*
11.*Dt. 18.18-20; 1Rs. 14.18; 16.12, 34; 2Rs. 9.36; Jr. 1.9; 29.31-32; 37.2; Ez. 2.7; 13.1-4; Zc. 7.7; Jo. 14.26; 16.13; 2Tm. 3.16; 2Pe. 1.19-21; 1Jo. 5.9.*
12.*Sl. 78.1; Mt. 7.24-27; Jo. 10.27; 2Ts. 2.13; 2Pe. 3.2; Ap. 22.18-19.*

V

Pelo testemunho da Igreja, podemos ser movidos e induzidos a um elevado e reverente apreço pela Sagrada Escritura; e a sublimidade do conteúdo, a eficácia da doutrina, a majestade do estilo, a harmonia de todas as partes, a abrangência de seu todo (cujo objetivo é dar a Deus toda a glória), a plena exposição que faz do único meio de salvação para o homem, as muitas outras excelências incomparáveis, e sua perfeição total, são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a Palavra de Deus[13]. Não obstante, nossa plena persuasão e certeza de Sua infalível verdade e divina autoridade provêm da obra interna do Espírito Santo, que, pela Palavra e com a Palavra, testifica em nossos corações[14].

13. *Dt. 4.2; 12.32; Sl. 1.2; 19.7; 119.130; Pv. 30.5, 6; Mt. 22.29; 2Tm. 3.15-16.*
14. *Jo. 16.13-14; 1Co. 2.10-12; 1Jo. 2.20, 27.*

VI

Todo o conselho de Deus, concernente a todas as coisas indispensáveis à Sua glória, à salvação, à fé e à vida do ser humano, ou está expressamente registrado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela; a qual nada e, em tempo algum, deve ser acrescentado, seja por novas revelações do Espírito ou por tradições de homens[15]. Não obstante, reconhecemos ser indispensável à iluminação interior do Espírito de Deus para o discernimento salvífico daquelas coisas que são reveladas na Palavra[16]; e que há certas questões concernentes ao culto divino e ao governo da Igreja, comuns às ações e sociedades humanas, que têm de ser ordenadas de acordo com a luz da natureza e da prudência cristã, segundo as regras gerais da Palavra, as quais sempre devem ser observadas[17].

15. *Gl. 1. 8; 2Ts. 2.2; 2Tm. 3.15-17.*
16. *1Co. 2.9, 10, 12; Ef. 1.15-20.*
17. *1Co. 14. 26, 40.*

VII

Nem todas as coisas são, em si mesmas, igualmente claras nas Escrituras nem igualmente evidentes a todos[18]; não obstante, aquelas coisas que precisam ser conhecidas, cridas e observadas para a salvação são tão claramente expostas e visíveis, em um ou outro lugar da Escritura que não só os eruditos, mas também os não instruídos, mediante o devido uso dos meios ordinários, podem alcançar uma compreensão suficiente delas[19].

13. *Dt. 4.2; 12.32; Sl. 1.2; 19.7; 119.130; Pv. 30.5, 6; Mt. 22.29; 2Tm. 3.15-16.*
14. *Jo. 16.13-14; 1Co. 2.10-12; 1Jo. 2.20, 27.*

VIII

O Antigo e o Novo Testamento, em suas respectivas línguas originais, sendo diretamente inspirados por Deus e, por seu singular cuidado e providência, conservados puros ao longo de todos os séculos, são, portanto, autênticos[20]. Sendo assim, em todas as controvérsias religiosas, a Igreja deve apelar para eles como recurso final[21]. Visto, porém, que essas línguas originais não são conhecidas a todo o povo de Deus, o qual tem direito e interesse nas Escrituras e que deve, no temor de Deus, lê-las e pesquisá-las[22], esses livros, portanto, têm de ser traduzidos para a língua comum de cada povo onde chegam[23], a fim de que, a Palavra de Deus habitando abundantemente em todos, adorem a Deus de uma maneira aceitável[24] e pela paciência e pela consolação das Escrituras tenham esperança[25].

20. *Mt. 5.18.*
21. *Is. 8.20; At. 15.12-18.*
22. *2Tm. 3.14-15*
23. *1Co. 14. 6, 9, 11-12, 27-28.*
24. *Cl. 3.16.*
25. *Rm. 15.4.*

IX

A regra infalível de interpretação da Escritura é a própria Escritura; e, portanto, quando houver alguma questão acerca do genuíno e pleno sentido de qualquer texto da Escritura (sentido que não é múltiplo, mas único), a mesma deve ser estudada e elucidada por outros textos que falem mais claramente[26].

26. *At. 15. 12-18; 2Pe. 1.20-21.*

X

O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas devem ser determinadas, todos os decretos de concílios, opiniões de escritores, doutrinas de homens e experiências particulares devem ser examinados e em cuja sentença devemos descansar, não pode ser outro senão a Escritura Sagrada entregue pelo Espírito Santo. Nesta Escritura, assim entregue, a nossa fé finalmente se resolve[27].

27. *Mt. 22.29-33; Jo.5.39; 10.35; At. 28:25-27; 2Tm. 3.15-17; 1Pe. 1.10-12.*

2 De Deus e da Santíssima Trindade

I

Cremos e confessamos um só Deus, vivo e verdadeiro[1], o qual é infinito em Seu ser e perfeição[2], um Espírito puríssimo[3], invisível[4], sem corpo, partes ou paixões[5], imutável[6], imenso[7], eterno[8], incompreensível[9], onipotente[10], sapientíssimo[11], santíssimo[12], totalmente livre[13], totalmente absoluto[14], operando todas as coisas segundo o conselho de Sua própria imutável e justíssima vontade[15], para Sua própria glória[16]; amantíssimo[17], gracioso, misericordioso, longânime, riquíssimo em bondade e verdade, perdoando a iniquidade, a transgressão e o pecado; galardoador daqueles que o buscam diligentemente[18]; e, no entanto, justíssimo e mui terrível em Seus juízos[19], pois odeia todo pecado[20] e, de modo algum, inocenta o culpado[21].

1. *Dt. 6.4; Jr. 10.10; 1Co. 8.4,6; 1Ts. 1.9.*
2. *Jó 11.7-9.*
3. *Jo. 4.24.*
4. *1Tm. 1.17.*
5. *Dt. 4.15-16; Lc. 24.39; At. 14.11,15.*
6. *Tg. 1.17.*
7. *1Rs. 8.27; At. 7. 48-50.*
8. *Sl. 92.2.*
9. *Sl. 145.3.*
10. *Gn. 17.1.*
11. *Rm. 16.27.*
12. *Is. 6.3.*
13. *Sl. 115.3.*
14. *Êx. 3.14.*
15. *Ef. 1.11.*
16. *Pv. 16.4; Rm. 11.36; Ap. 4.11.*
17. *1Jo. 4.8.*
18. *Hb. 11.6.*
19. *Ne. 9.32-33.*
20. *Sl. 5.5-6.*
21. *Na. 1.2-3.*

II

Deus possui, em Si mesmo e de Si mesmo, toda a vida, glória, bondade e bem-aventurança[22]; e é o único Todo-Suficiente em Si e para Si, não tendo necessidade alguma das criaturas que Ele mesmo criou, não derivando delas glória alguma, mas apenas manifestando Sua própria glória nelas, por meio delas, para elas e sobre elas[23]. Ele é a única fonte de toda a existência, de quem, por meio de quem e para quem são todas as coisas[24]; e, sobre elas, exerce Ele pleno e soberano domínio, para fazer, por meio delas, para elas e sobre elas, tudo quanto lhe apraz[25]. Todas as coisas estão patentes e manifestas diante d'Ele[26]. Seu conhecimento é infinito, infalível e independente da criatura[27], de modo que, para Ele, nada é casual ou incerto[28]. Ele é santíssimo em todos os Seus conselhos, em todas as Suas obras e em todos os Seus mandamentos[29]. A Ele devem os anjos e os homens, bem como toda e qualquer criatura, todo culto, serviço ou obediência que, como criaturas, devem ao Criador, bem como tudo o mais que Lhe aprouver requerer deles[30].

22. *Sl. 119.68; Jo. 5.26; At. 7.2; 1Tm. 6.15.*
23. *At. 17.24-25.*
24. *Rm. 11.36.*
25. *Ap. 4.11.*
26. *Hb. 4.13.*
27. *Rm. 11.33-34.*
28. *Pv. 15.3; At. 15.18.*
29. *Sl. 145.17.*
30. *Ap. 5.12-14.*

III

Na unidade da Deidade, há três pessoas, de uma só substância, poder e eternidade: Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo[31]. O Pai não é de ninguém: não é gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai[32]; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho[33]. Esta doutrina da Trindade é o fundamento de toda nossa comunhão com Deus, e de todo nosso conforto na dependência d'Ele.

31. *Mt. 3.16-17; 28.19; 2Co. 13.13.*
32. *Jo. 1.14,18.*
33. *Jo. 15.26; Gl. 4.6.*

3 Do Decreto Eterno De Deus

I

Cremos e confessamos que, desde toda a eternidade, e pelo sapientíssimo e santíssimo conselho de Sua própria vontade, Deus ordenou livre e imutavelmente tudo quanto acontece[1]; porém de modo tal que nem é Ele o autor do pecado[2], nem se faz violência à vontade das criaturas, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias, ao contrário estas são estabelecidas[3].

1. *Dt. 32.39; Is. 45.6-7; Rm. 11.33; Ef 1. 10-11.*
2. *Sl. 5.4; Tg. 1.13-17; 1Jo. 1.5.*
3. *At. 2.23; 4.27-28; 27.23-24, 34.*

II

Embora Deus saiba tudo quanto pode ou há de suceder em todas as circunstâncias imagináveis[4], contudo Ele não decretou coisa alguma por havê-la previsto como futura, nem como algo que haveria de acontecer em tais circunstâncias[5].

4. *Pv. 16.33; 1Sm. 23.11-12; Mt. 11.21-23; At. 15.18*
5. *Rm. 9.11-18.*

III

Aqueles dentre a humanidade que são predestinados para a vida[6], Deus, antes que fossem lançados os fundamentos do mundo[7], segundo Seu eterno e imutável propósito[8], e o secreto conselho e beneplácito de Sua vontade, escolheu em Cristo[9] para a glória eterna, simplesmente por Sua livre graça e amor, sem qualquer previsão de fé ou de boas obras ou de perseverança em qualquer um deles, ou de qualquer outra coisa na criatura, como condições ou causas que a isso o movessem; e tudo para o louvor de Sua gloriosa graça[10].

1. *Dt. 32.39; Is. 45.6-7; Rm. 11.33; Ef 1. 10-11.*
2. *Sl. 5.4; Tg. 1.13-17; 1Jo. 1.5.*
3. *At. 2.23; 4.27-28; 27.23-24, 34.*

IV

Visto que Deus designou os eleitos para a glória, assim Ele, pelo eterno e mui livre propósito de Sua vontade, preordenou todos os meios para se alcançar esse propósito[11]. Por conseguinte, aqueles que são eleitos, achando-se caídos em Adão, são redimidos por Cristo[12]; são eficazmente chamados à fé em Cristo mediante Seu Espírito que opera no devido tempo[13]; são justificados[14], adotados[15], santificados[16] e guardados por Seu poder mediante a fé para a salvação[17]. Nenhum outro é redimido por Cristo, ou eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo, senão unicamente os eleitos[18].

11. *Ef. 1.4; 2.10; 1Ts. 5.9-10; 2Ts. 2.13-14; 1Pe.1.2-5.*
12.*Rm. 5.12-19; 1Co. 15.22, 45; Tt. 2.14.*
13.*Rm. 8.28, 30; 1Co 1.9; Ef. 1.13-14.*
14.*Rm. 5.1-2; 8.30; Gl. 2.16; 3.11.*
15. *Rm. 8.14-17; Ef. 1.5.*
16. *2Ts. 2.13.*
17. *1Pe. 1.3-5.*
18. *Jo. 6. 44, 64-65; 17.9; Rm. 8.28; 2Ts. 3.2; 1Jo. 2.19.*

V

Aprouve a Deus, segundo o insondável conselho de Sua própria vontade, pela qual estende ou retrai Sua misericórdia, como lhe apraz, para a glória de Seu soberano poder sobre Suas criaturas[19], não contemplar o restante e ordená-los para a desonra e ira por causa de seus pecados, para o louvor de Sua gloriosa justiça[20]. Assim, Deus se mostrou como, de fato, Ele é, a saber: misericordioso e justo. Misericordioso porque Ele livra e salva da perdição aqueles que Ele, em Seu eterno e imutável conselho, somente pela Sua bondade, elegeu em Jesus Cristo, nosso Senhor, sem levar em consideração obra alguma deles[21]. Justo porque Ele deixa os demais na queda e na perdição em que eles mesmos se lançaram[22].

19. *Mt. 11.25-26; Mc. 4.10-12; Rm. 9.16,18.*
20.*Rm. 9.17-22; 2Tm. 2.20; 1Pe. 2.8; Jd. 4.*
21. *Jo. 15.16; 17.9; At.13.48; Rm. 8.29-30; 9.15-18, 21-23; 11.32; Ef. 1.4; 2.8-10; 2Tm. 1.9; 2.19-20; Tt. 3.4-5; 1Pe. 1.2.*
22. *Jo. 3.18-19; Rm. 9.17-18; 2Tm. 2.20.*

VI

A doutrina deste profundo mistério da predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado a fim de que os homens, atentando para a vontade de Deus revelada em Sua Palavra e rendendo-lhe obediência, possam, provenientes da certeza de Sua vocação eficaz, assegurar-se de Sua eterna eleição. E, assim, a todos quantos sinceramente obede

cem ao Evangelho, esta doutrina fornecerá motivo de louvor, reverência e admiração a Deus, bem como de humildade, diligência e abundante consolação[23].

23. *Dt. 29.29; Lc. 10.20; Rm. 8.33; 9.20; 11.5-6, 23; Ef. 1.4-6; 2Pe. 1.10*

4

Da Criação

I

Cremos e confessamos que aprouve a Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, para a manifestação da glória de Seu eterno poder, sabedoria e bondade, no princípio, criar ou fazer do nada, o mundo e todas as coisas existentes nele, quer visíveis, quer invisíveis, no espaço de seis dias e tudo muito bom[1].

1. *Gn. 1; Êx. 20.11; Sl. 104.24; Jr. 10.12; Jo.1.2-3; At.17.24; Rm.1.20; 11.36; Cl. 1.16; Hb. 1.2.*

II

Depois de haver Deus criado todas as outras criaturas, Ele criou o homem, macho e fêmea[2], com almas racionais e imortais[3], dotados de conhecimento, justiça e genuína santidade, segundo a Sua própria imagem[4], tendo a lei de Deus escrita em seus corações[5] e o poder de cumpri-la; contudo, sujeitos à possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade de sua própria vontade, a qual era sujeita a mudança. Além dessa lei escrita em seus corações, receberam um mandamento para que não

comessem da árvore do conhecimento do bem e do mal; os quais, enquanto observassem, seriam felizes em sua comunhão com Deus e teriam domínio sobre as criaturas[6].

2. *Gn. 2.7.*
3. *Sl. 8.5; Ec. 12:7; Mt. 10.28.*
4. *Gn. 1.26-27*
5. *Rm. 2.14-15.*
6. *Gn. 2. 15-17.*

5 Dos seres angelicais

I

Cremos e confessamos a existência de seres angelicais, de natureza espiritual, criados por Deus para servi-lo[1]; e para servir aos santos, aqueles que hão de herdar a salvação[2].

1. *Ne. 9.6; Cl 1.16.*
2. *Sl. 34.7; 91.11; Mt. 4.11; At 10.4-6; Hb. 1.13-14.*

II

Uma parcela desses seres angelicais capitaneados por Satanás não guardou o seu estado original e pecou contra Deus[3], sendo por esta causa confirmados na maldade. Estão debaixo de maldição aguardando o grande dia do julgamento final quando serão condenados eternamente[4].

3. *Jo. 8.44; Ap. 12.4.*
4. *Mt. 25.41; 2Pe. 2.4; Jd. 6; Ap. 20.10.*

III

A outra parcela desses seres espirituais que permaneceu fiel a Deus e foi confirmada na bondade, são os santos anjos do Senhor, que o servem com fidelidade[5].

5. *Mt. 13.41; 16.27; 24.31; Lc. 15.10.*

IV

Esses seres angelicais, por mais gloriosos que sejam, não devem ser invocados nem muito menos adorados, porque toda manifestação de adoração deve ser dirigida unicamente ao Deus Triúno[6].

6. *Mt. 4.10; Cl. 2.18; Ap. 19.10; 22.8-9.*

6

Da providência

I

Cremos e confessamos que Deus, o grande Criador de todas as coisas, sustenta, dirige, dispõe e governa todas as criaturas, todas as suas ações e todas as coisas, das maiores até as menores, por meio de Sua sapientíssima e santa providência[1], segundo Sua infalível presciência e o livre e imutável conselho de Sua própria vontade[2], para o louvor da glória de Sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia[3].

1. *2Cr. 16.9; Ne. 9.6; Sl. 135. 6; 145.14-16; Pv. 15.3; Dn. 4.34-35; Mt. 10.29-31.*
2. *Sl. 33.10-11; At. 15. 18; Ef. 1.11.*
3. *Gn. 45.5; Rm. 9.17; Ef.1.11; 3.10.*

II

Ainda que, em relação à presciência e decreto de Deus, que é a causa primária, todas as coisas aconteçam imutável e infalivelmente[4], todavia, pela mesma providência, Ele ordena que elas sucedam, necessária, livre ou contingentemente[5], segundo a natureza das causas secundárias[6].

4. *Jr. 32.19; At. 2.22-23.*
5. *Is. 10.6-7*
6. *Gn. 8.22; Jr. 31.35*

III

Deus, em Sua providência, faz uso de meios ordinários[7], todavia Ele é livre para operar sem eles[8], acima deles[9] e contra eles, como Lhe apraz[10].

7. *Is. 55.10-11; At. 27.24,31.*
8. *Os. 1.7.*
9. *Rm. 4.18-21.*
10. *Dn. 3.27; Jo. 11.34-45; Rm. 1.4.*

IV

O onipotente poder, a imutável sabedoria e a infinita bondade de Deus, de tal maneira se manifestam em Sua providência, que Seu conselho determinado se estende até mesmo à primeira queda[11] e a todos os demais pecados dos anjos e dos homens que Ele também limita de maneira sapientíssima e poderosa, bem como regula e governa, numa múltipla dispensação para os Seus próprios e santos propósitos[12]; mas de tal modo que a pecaminosidade dessas transgressões procede tão somente da criatura, e não de Deus, e que sendo Ele santíssimo e justíssimo, nem é e nem pode ser o autor ou o aprovador do pecado[13].

11. *Is. 45.7; Pv.16.33.*
12. *Gn. 50.20; Sl. 76.10; At.4.27-28; Rm.11.32-34.*
13. *Sl. 50.21; Is. 10.12; At. 14.16; Tg. 1.17; 1Jo. 2.16.*

V

O sapientíssimo, justíssimo e graciosíssimo Deus, com frequência deixa, por algum tempo, Seus próprios filhos à mercê de multiformes tentações e da corrupção de seus próprios corações, com o fim de castigá-los pelos seus pecados anteriores ou levá-los a descobrirem a força oculta da corrupção e fraudulência de seus corações, a fim de serem humilhados[14] e a fim de elevá-los a uma dependência mais íntima e a uma confiança mais constante no apoio dEle, e fazê-los mais vigilantes contra toda e qualquer ocasião futura de pecar, para vários outros fins justos e santos[15].

14. *Dt 8. 2-3; 2Cr. 32. 25-26, 31.*
15. *2Sm. 24.1,25; 2Cr. 12.7-9; Lc. 22.31-32.*

VI

Quanto àqueles homens perversos e ímpios a quem Deus, como justo Juiz, cega e endurece[16] em razão dos pecados anteriores, Ele não só retém deles a Sua graça pela qual poderiam ter sido iluminados em seus entendimentos e transformados em seus corações[17]; mas, às vezes, também Ele subtrai os dons que eles possuíam[18], e os deixa expostos a tais coisas que se lhes tornam em ocasião de pecado pela sua própria corrupção[19]; igualmente, os entrega às suas próprias concupiscências e às tentações do mundo e ao poder de Satanás[20]; e, assim, sucede que eles se endurecem, até pelos mesmos meios que Deus usa para o amolecimento de outros[21].

16. *Is.6.9-10; Mt. 11.25-26; Rm. 1.24-25, 28; 11.7.*
17. *Dt. 29.4; Mc. 4.10-12.*
18. *Mt. 13.12; 25.29.*
19. *2Rs. 8.12-13.*
20. *Sl. 81.11-12; 2Co. 11.3*
21. *Êx. 8.15,32; Is. 8.14; 2Co. 2.15-16*

VII

Visto que a providência de Deus, em geral, se estende a todas as criaturas; assim, de uma maneira muito especial, Ele cuida de Sua Igreja e tudo dispõe para o bem dela[22].

22. *Mt.16.18; Rm. 8.28; Ef. 5.25-26; 1Tm.4.10; 1Pd. 1.3-5.*

7 Da queda do homem, do pecado e de sua punição

I

Cremos e confessamos que havendo Deus feito um pacto de obras e de vida com os nossos primeiros pais e, neles, com toda sua posteridade[1], eles, sendo seduzidos pela astúcia e tentação de Satanás, deliberadamente transgrediram a lei de sua criação, e quebraram o pacto ao comerem do fruto proibido[2].

1. *Gn. 2. 16-17.*
2. *Gn. 3.1-6; Os. 6.7; Rm. 5.12-21; 2Co.11.3.*

II

Por este pecado, eles – e nós neles – caíram de sua justiça original e de sua comunhão com Deus[3] e, assim, se tornaram mortos em pecado[4] e totalmente corrompidos em todas as faculdades e partes da alma e do corpo[5].

3. *Gn. 3.6-24; Rm. 3.23; 5. 12-14.*
4. *Ef. 2.1-3; Cl. 2. 13.*
5. *Gn. 6.5; Jr. 17.9; Rm. 3.10-18; Ef. 4.17-18; Tt.1.15.*

III

Sendo eles a raiz e, pela ordenança de Deus, representantes de toda a humanidade, a culpa deste pecado foi imputada a sua semente[6] e a natureza corrompida comunicada a toda a sua posteridade, que deles descende por geração ordinária[7].

6. *At. 17. 26; Rm. 5.12-14; 15-19; 1Co. 15.21-22, 45, 49.*
7. *Gn. 5.3; Sl. 51.5; Jo. 3.6a.*

IV

Desta corrupção original, pela qual nos tornamos totalmente indispostos, incapazes e antagônicos a todo bem, e totalmente inclinados a todo mal[8], procedem todas as transgressões atuais[9].

8. *Gn. 6.5; 8.21; Rm. 3. 10-12; 7.18; 8.7-8; Cl. 1.21.*
9. *Mc. 7.21-23; Ef. 2.1-3; Tg. 1.14-15.*

V

Durante esta vida esta corrupção de natureza permanece naqueles que são regenerados[10]; e ainda que, através de Cristo, ela seja perdoada e mortificada, contudo tanto ela quanto todos os seus impulsos são real e propriamente pecado[11].

10. *Rm. 7.14, 17-18, 21-23; Tg. 3.2; 1Jo. 1.8-10.*
11. *Pv. 20.9; Ec. 7.20; Gl. 5.17.*

VI

Todo pecado, tanto original quanto atual, sendo uma transgressão da justa lei de Deus, e a ela contrária, traz em sua própria natureza, culpa sobre o pecador[12], e por essa culpa ele está sujeito à ira de Deus[13] e à maldição da lei[14] e, assim feito, sujeito à morte[15], com todas as infelicidades espirituais, temporais e eternas[16].

12. *Rm. 2. 15; 3.9, 19; 1Jo. 3.4.*
13. *Jo. 3.36; Rm. 1.18-32; Ef. 2.3.*
14. *Gl. 3.10-13.*
15. *Ez. 18.4; Rm. 6.23.*
16. *Lm. 3.39; Mt. 25.41; 2Ts. 1.9*

8 Do pacto de Deus com o homem

I

Cremos e confessamos que a distância entre Deus e a criatura é tão grande[1] que, embora criaturas racionais lhe devam obediência como seu Criador, contudo nunca poderiam ter alcançado o galardão da vida, senão por alguma condescendência voluntária por parte de Deus, a qual agradou Ele expressar por meio de pacto[2].

1. *Sl. 113. 5-6; At. 17. 24-2.*
2. *Gn. 15. 12-21; Gl. 3. 6-22.*

II

O primeiro pacto feito com o homem foi um pacto de obras, no qual a vida foi prometida a Adão e, nele, à sua posteridade, sob a condição de obediência perfeita e pessoal3.

1. *Gn. 2.16-17; Os. 6.7.*

III

Havendo-se o homem tornado, por sua queda, incapaz de ter vida por meio daquele pacto, ao Senhor aprouve fazer um segundo pacto, comumente chamado Pacto da Graça[4]; por meio do qual Ele gratuitamente oferece aos pecadores vida e salvação mediante Jesus Cristo, requerendo deles fé n'Ele, para que possam ser salvos[5]; e prometendo dar o Espírito Santo a todos quantos são ordenados para a vida, a fim de dispô-los e habilitá-los a crer[6].

4. *Gn. 3.1-6, 15; Is. 42.6; Jr 31.31-33; Lc. 22.20; Rm. 3.23; Gl. 4.21-31; Hb. 8.*
5. *Jo. 3.16; At.4.11-12; 10.43; Rm. 1.16-17; 10.6-9.*
6. *Ez. 36.26-27; Jo. 6. 37, 44-45; 7.37-39; At.13.48; Gl. 3.6-14; 4.4-6.*

IV

Este pacto da graça é apresentado na Escritura pelo nome de Testamento, em referência à morte de Jesus Cristo, o Testador, e à herança eterna, com todas as coisas a ela pertencentes, legadas neste pacto[7].

7. *Hb. 9.15-17.*

V

Este pacto, no tempo da Lei, não foi administrado como no tempo do Evangelho[8]. Sob a Lei, foi administrado por meio de promessas, profecias, sacrifícios, da circuncisão, do cordeiro pascoal e de outros tipos e ordenanças dadas ao povo hebreu, tudo prefigurando Cristo que havia de vir[9]. Por aquele tempo, essas coisas, pela operação do Espírito Santo, foram suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias prometido[10], por quem tinham plena remissão dos pecados e a salvação eterna; essa Dispensação chama-se o Antigo Testamento[11].

8. *2Co. 3.6-9.*
9. *1Co. 5.7; Hb. 9. 1-10. 18.*
10. *1Co. 10.1-4; Hb. 11.13.*
11. *Gl. 3.7-9, 14.*

IV

Sob o Evangelho, quando foi manifestado Cristo, a substância, as ordenanças, pelas quais este pacto é dispensado, são a pregação da Palavra e a administração dos Sacramentos do Batismo e da Ceia do Senhor[12]; por essas ordenanças, posto que poucas em número e administradas com mais simplicidade e menos glória externa, o pacto é manifestado com mais plenitude, evidência e eficácia espiritual[13], a todos os povos; aos judeus bem como aos gentios. Isso é chamado o Novo Testamento. Não há, pois, dois pactos da graça diferentes em substância, mas um e o mesmo sob várias dispensações[14].

12. *Mt. 28.19-20; 1Co. 11.23-25; Cl. 2.17; Hb.12.22-24.*
13. *2Co. 3.9-11.*
14. *Lc. 2. 32; 22. 20; At. 15.11; Rm.3.21,22,30; 4.16-17, 23-24; Gl. 3.14-16; Ef 2.15-19; Hb. 1.1-2.*

9

De Cristo, o mediador

I

Cremos e confessamos que aprouve a Deus, em Seu eterno propósito, escolher e ordenar o Senhor Jesus Cristo, Seu Filho Unigênito, para ser o Mediador entre Deus e o homem[1]; o Profeta[2], Sacerdote[3] e Rei[4]; o Cabeça e Salvador de Sua Igreja[5]; o Herdeiro de todas as coisas[6] e Juiz do mundo[7]; a quem Ele, desde toda a eternidade, deu um povo para ser Sua descendência[8], e para ser por meio d'Ele, e no tempo, redimido, chamado, justificado, santificado e glorificado[9].

1. *Is. 42. 1; Jo 3.16; 1Tm. 2.5; 1Pe. 1.19-20*
2. *Dt. 18.15; At. 3.20-22*
3. *Hb. 5.5-6.*
4. *Is. 9.6-7; Lc. 1.33.*
5. *Ef. 5.23.*
6. *Hb. 1.2.*
7. *At. 17.31; 2Co. 5.10.*
8. *Jo. 17.6; Ef. 1.4.*
9. *Rm. 8.30; 1Co. 1.30; 1Tm. 2.5-6; Tt. 2. 13-14.*

II

O Filho de Deus, a segunda Pessoa da Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, de uma só substância com o Pai e igual a Ele, chegada à plenitude do tempo, assumiu a natureza humana[10], com todas as

propriedades essenciais e fraquezas comuns a ela, contudo sem pecado[11]; sendo concebido pelo poder do Espírito Santo, no ventre da Virgem Maria, e da substância dela[12]: de modo que duas naturezas inteiras, perfeitas e distintas, a Deidade e a humanidade, foram inseparavelmente unidas em uma só pessoa, sem conversão, composição ou confusão[13]; Pessoa esta que é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, contudo um só Cristo, o único Mediador entre Deus e o homem[14].

10. *Jo. 1.1,14; Gl. 4.4; Fp. 2.6; Hb. 2.14; IJo.5.20*
11. *Lc. 2.52; Hb. 2.14-17; 4.15; 1Jo. 3. 1-6.*
12. *Mt. 16.16; Lc. 1. 27, 31, 35.*
13. *Rm. 9.5; Cl. 2.9.*
14. *Rm. 1.3-4; 1Tm. 2.5.*

III

O Senhor Jesus, em Sua natureza humana assim unida à divina, foi santificado e ungido com o Espírito Santo sem medida[15], possuindo em Si mesmo todos os tesouros de sabedoria e conhecimento[16], e em quem aprouve ao Pai habitasse toda a plenitude[17]; a fim de que, sendo santo, inculpável, imaculado e cheio de graça e verdade, fosse perfeitamente habilitado para exercer o ofício de Mediador e Fiador[18]. Ele não tomou para Si esse ofício, mas para ele foi chamado por Seu Pai[19], o qual pôs em Suas mãos todo o poder e juízo e Lhe deu ordem para que os exercesse[20].

15. *Jo. 3.34; 17.19; Hb. 1.8-9.*
16. *Cl. 2.3.*
17. *Cl. 2.9.*
18. *Jo. 1. 14; At. 10.38; Hb. 7.26; 12.24.*
19. *Hb. 5.4-5.*
20. *Mt. 28. 18; Jo.5.22, 27.*

IV

Esse ofício o Senhor Jesus exerceu mui voluntariamente[21]; e, para que pudesse dele desincumbir-se, Ele se fez sujeito à lei[22], e a cumpriu perfeitamente[23] e suportou o castigo devido a nós, aquilo que nós

deveríamos ter suportado e sofrido, sendo feito Ele pecado e maldição em nosso lugar; Ele suportou diretamente em Sua alma os mais severos tormentos da parte de Deus, e em Seu corpo os mais dolorosos sofrimentos[24]; foi crucificado, morto[25] e sepultado; permaneceu sob o poder da morte, contudo não viu corrupção[26]. Ao terceiro dia, ressuscitou dos mortos[27], com o mesmo corpo no qual sofreu[28]; com este corpo glorificado, subiu para o céu e assentou-se à destra de Seu Pai[29] para fazer intercessão[30] ; e voltará no fim do mundo para julgar homens e anjos[31].

21. *Sl. 40.7-8; Jo. 4.34; Fp. 2. 5-8; Hb. 10.5-6.*
22. *Gl. 4.4.*
23. *Mt. 3.15; 5.17.*
24. *Mt. 26.37-38; 27. 46; 2Co. 5.21.*
25. *Fp. 2.8.*
26. *At. 2. 24, 27; 13.37.*
27. *Mt 28; 1Co. 15.4.*
28. *Jo. 20. 25-27.*
29. *Lc. 24. 50-51; Hb. 1.3; 1Pe. 3. 22.*
30. *Rm. 8. 34; Hb. 7.25.*
31. *Mt. 13.40-42; Jo. 5.28-29; At.1.11; Rm.14. 10.*

V

O Senhor Jesus, por Sua perfeita obediência e pelo sacrifício de Si mesmo, sacrifício este que, pelo Espírito eterno, Ele ofereceu uma vez a Deus, satisfez plenamente a justiça divina[32], e adquiriu não só a reconciliação, mas também uma herança eterna no reino do céu para todos aqueles que o Pai tem dado a Ele[33].

32. *Rm. 3.25-26; 5.19; Hb. 9.14; 10. 14.*
33. *Jo. 17.2; 2Co. 5. 18, 20; Ef.1. 11, 14; Cl. 1.20; Hb. 9.12,15.*

VI

Ainda que a obra da redenção não fora de fato operada por Cristo até a Sua encarnação, morte e ressurreição, contudo a virtude, a eficácia e os benefícios dela foram comunicados aos eleitos em todas as épocas, sucessivamente, desde o princípio do mundo[34], em e através daquelas promessas, tipos e sacrifícios, por meio dos quais Ele foi revelado

e tipificado como a Semente da mulher que esmagaria a cabeça da serpente, e como o Cordeiro morto desde a fundação do mundo, sendo Ele o mesmo ontem e hoje e para sempre[35].

34. *Rm. 3. 24-25; Hb 9.15.*
35. *Gn. 3.15; Gl. 4. 4-5; Hb.13.8; Ap. 13.8.*

VII

Cristo, na obra de mediação, age em consonância com as duas naturezas, fazendo através de cada natureza o que lhe é próprio[36]; contudo, por razão da unidade da Pessoa, aquilo que é próprio de uma natureza é, às vezes, nas Escrituras, atribuído à Pessoa denominada pela outra natureza[37].

36. *Jo. 10.17-18; Hb. 9.14; 1Pe. 3.18.*
37. *Jo. 3.13; At. 20.28.*

VIII

Cristo, com toda certeza e de modo eficaz, aplica e comunica a salvação a todos aqueles para quem Ele a adquiriu[38]. Isso Ele consegue interce-dendo por eles[39], revelando-lhes, na Palavra e pela Palavra, os mistérios da salvação[40], persuadindo-os eficazmente, por meio de Seu Espírito, a crer e obedecer, governando os seus corações por meio de Sua Palavra e Seu Espírito[41], vencendo a todos os seus inimigos pelo exercício de Seu infinito poder e sabedoria, da maneira e pelos meios mais consoantes com Sua maravilhosa e insondável Dispensação[42].

38. *Jo. 6.37, 39; 10.15-16, 27-28.*
39. *Rm.8.34; Hb. 7. 25; 1Jo. 2.1.*
40. *Jo. 15.15; 17.6; Ef. 1.9.*
41. *Jo. 17.17; Rm. 8.9, 14; 15.18-19; 2Co.4.13.*
42. *Sl. 90. 1; Lc. 10.19; 1Co. 15.25-26; Cl. 2. 15.*

10 Do livre arbitrio

I

Cremos e confessamos que Deus dotou a vontade do homem, em seu estado original, com aquela liberdade natural e poder para agir conforme suas escolhas. Essa vontade não é forçada, nem determinada por qualquer necessidade absoluta de sua natureza, ou para o bem ou para o mal[1].

1. *Dt. 30.19; Jo. 5.40; At. 7.51; Tg. 1.14; 4.7.*

II

O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que era bom e agradável a Deus[2], porém com possibilidade de mudar de estado, e de maneira tal que pudesse cair desse estado[3].

2. *Gn. 1.26; Ec. 7.29.*
3. *Gn. 2. 16-17; 3. 6.*

III

O homem, com sua queda num estado de pecado, perdeu toda a capacidade de vontade quanto a desejar qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação[4]; de tal maneira que o homem natural, sendo totalmente avesso àquele bem[5], e morto em pecado[6], não é capaz, por sua própria força, de se converter nem de se preparar para isso[7].

4. *Jo. 15.5; Rm. 8.7-8.*
5. *Rm. 3.9-10, 12, 23.*
6. *Ef. 2. 1-5; Cl. 2.13.*
7. *Jo. 6. 44, 65; 1Co. 2.14; Tt. 3.3-5.*

IV

Quando Deus converte um pecador e o traslada para o estado de graça, Ele o liberta de sua natural escravidão ao pecado[8] e, pela exclusiva instrumentalidade de Sua graça, o capacita a querer livremente e a fazer aquilo que é espiritualmente bom[9]; mas isso de tal modo que o homem redimido, em razão da corrupção que nele ainda permanece, não faz e nem deseja perfeitamente apenas o que é bom, mas também aquilo que é mal[10].

8. *Jo. 8. 34, 36; Co. 1.13.*
9. *Rm. 6.18, 22; Fp. 2.13.*
10. *Rm. 7.15, 21-23; Gl. 5.17; 1Jo.1.8, 10.*

V

É somente no estado de glória que a vontade do homem é perfeita e imutavelmente livre para fazer unicamente o bem[11].

11. *Ef. 4.13; 1Jo. 3.2; Jd. 24.*

11 Da vocação eficaz

I

Cremos e confessamos que todos aqueles a quem Deus predestinou para a vida e, somente esses, aprouve a Ele, em Seu tempo determinado e aceito, chamar eficazmente[1], por Sua Palavra e por Seu Espírito[2], daquele estado de pecado e de morte em que estão por natureza, à graça e à salvação por meio de Jesus Cristo[3]; iluminando suas mentes espiritual e salvificamente para entenderem as coisas de Deus[4]; tirando-lhes o coração de pedra e dando-lhes um coração de carne[5]; renovando sua vontade e, por Seu infinito poder, determinando-os ao que é bom[6], e eficazmente atraindo-os a Jesus Cristo[7]; mas de tal forma que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos por Sua graça[8].

1. *Jo.15. 16; At. 13. 48; Rm. 8.28-30; Ef. 1.5, 10; 2Ts. 3.2; 2Tm.1.9.*
2. *2Co. 3. 3,6; 1Ts. 5.9; 2Ts. 2.13-14; Tt. 3.4-5; Tg. 1.18.*
3. *2Tm. 1.9-10.*
4. *At. 26. 18; 1Co. 2.10, 12; 2Co. 4.6; Ef.1.17-18.*
5. *Ez. 36.26.*
6. *Dt. 30.6; Ez. 11.19; Jo. 3.5; Gl. 6.15; Tt. 3.5; 1Pe. 1.23.*
7. *Mt. 11.28; Jo. 6. 37, 44, 65; Ap. 22.17.*
8. *Jr. 31.3; Rm. 6.16-18.*

II

Este chamamento eficaz provém unicamente da livre e especial graça de Deus e não de coisa alguma prevista no homem[9]. Quanto a este chamamento, o homem é totalmente passivo, até que, sendo vivificado e renovado pelo Espírito Santo[10], seja, desse modo, capacitado a responder a esta vocação e a abraçar a graça oferecida e comunicada nela[11].

9. *Rm. 9.11; 2Tm. 1. 9; Tt. 3.4-5.*
10. *Rm. 8.7-9; 1Co. 2.14; Ef. 2.5.*
11. *Ez. 36.27; Jo. 5.25; 6.37.*

III

Os demais que não são eleitos, ainda que sejam chamados pelo ministério da Palavra[12], e recebam algumas operações comuns do Espírito[13], contudo, não sendo eficazmente chamados pelo Pai, nem vão a Cristo e nem podem ir a Ele, e, portanto, não podem ser salvos[14]; muito menos poderão ser salvos por qualquer outro meio aqueles que não professam a fé genuína em Cristo, por mais diligentes que sejam em moldar suas vidas em consonância com a luz da natureza, e com a lei daquela religião que professam[15]; asseverar e manter que o podem, é muito pernicioso e algo a ser abominado[16].

12. *Mt. l3.14-15; 22.14; At. 28.24.*
13. *Mt. 7.22; 13.20-21; Hb. 6.4-5.*
14. *Jo. 6.64-66; 8.24.*
15. *Jo. 14.6; 17.3; At.4.12; Ef. 2.12-13.*
16. *1Co. 16.22; Gl. 1.8; 2Jo. 10-11.*

12

Da justificação

I

Cremos e confessamos que aqueles a quem Deus eficazmente chama, Ele também justifica livremente[1]; não por infundir neles a justiça, mas por perdoar seus pecados, e por declarar e aceitar suas pessoas como justas; não em razão de qualquer coisa neles operada ou neles feita, mas unicamente por causa de Cristo; não por imputar-lhes a própria fé, o ato de crer, ou qualquer outra obediência evangélica, como se estes pudessem justificar; mas por imputar-lhes a obediência ativa de Cristo a toda a Lei[2], bem como sua obediência passiva na ocasião de sua morte em prol da justiça total e única deles, que recebem a Ele e a Sua justiça e descansam nisto pela fé; fé esta que não possuem em si mesmos, pois que é dom de Deus[3].

1. *Rm. 8.30.*
2. *Jo. 1.12; 6.44-45; Rm. 3.24, 27-28; 2Co.5.19, 21; Ef. 1.7; Tt. 3.5-7.. m*
3. *At. 10.43; Rm. 5.1; Ef.2.8; Fp. 1.29.*

II

A fé que desta maneira recebem e repousa em Cristo e em Sua justiça, é o único instrumento de justificação4; ela, contudo, não está sozinha na pessoa justificada, mas é sempre acompanhada de todas as

demais graças salvíficas; não é uma fé morta, mas uma fé que atua pelo amor[5].

4. *Jo. 3.16, 18, 36; Rm. 3.28; 5.1.*
5. *Gl. 5.6; Tg. 2.17, 22, 26.*

III

Cristo, através de sua obediência e morte, quitou plenamente a dívida de todos aqueles que são justificados, e através do sacrifício de Si mesmo, pelo sangue de Sua cruz; sofrendo em seu lugar a penalidade devida a eles, prestou uma correta, real e plena satisfação à justiça de Seu Pai, em favor deles[6]. Todavia, porquanto Ele foi entregue pelo Pai em prol deles, e Sua obediência e satisfação foram aceitas em lugar deles[7], e ambas gratuitamente, não por causa de algo neles; sua justificação é tão somente da livre graça[8]; para que tanto a exata justiça quanto a rica graça de Deus fossem glorificadas na justificação de pecadores[9].

6. *Rm. 5.8, 9, 18; 1Tm. 2.5-6; Hb. 10.10, 14.*
7. *Mt. 3.17; Rm. 8.32; 2Co. 5.21; Ef. 5.2.*
8. *Rm. 4; Ef. 1.5-7.*
9. *Rm. 3.26; Ef. 2.6-7.*

IV

Deus, desde toda a eternidade, decretou justificar todos os eleitos[10]; e Cristo, na plenitude do tempo, morreu pelos pecados deles e ressuscitou para sua justificação[11]. Não obstante, não são justificados pessoalmente até que o Espírito Santo, no devido tempo, de fato, aplique Cristo a eles[12].

10. *1Pe. 1. 2, 18-20.*
11. *Rm. 4.24-25; Gl. 4.4; 1Tm. 2.5-6.*
12. *Cl. 1. 21-22; Tt. 3. 4-7; 1Pe. 1.19-21.*

V

Deus continua a perdoar os pecados daqueles que são justificados[13]; e, ainda que não poderão jamais cair do estado de justificação[14], poderão, contudo, em decorrência de seus pecados, cair no desprazer paternal de Deus: e, naquela condição, normalmente não gozarão de novo da luz de Seu rosto, até que se humilhem, confessem seus pecados, supliquem o perdão e renovem sua fé e seu arrependimento[15].

13. *Mt. 6.12; Jo.1.7, 9; 2.1-2.*
14. *Lc. 22.32; Jo. 10.28; Hb. 10.14.*
15. *2Cr. 7.14; Sl. 32.5; 89. 31-33.*

VI

A justificação dos crentes sob o Antigo Testamento era, em todos esses aspectos, uma e a mesma justificação com a dos crentes sob o Novo Testamento[16].

16. *Rm. 3. 21-26; 4. 22-24; Gl. 3.9, 13-14; Hb. 9.15; 13.8.*

13

Da adoção

I

Cremos e confessamos que Deus se digna de tornar participantes da graça da adoção, em e por Seu único Filho – Jesus Cristo, a todos os que são justificados[1]. Por esta graça, eles são recebidos no número dos filhos de Deus[2], e desfrutam das liberdades e privilégios decorrentes desta posição, a saber: têm sobre si o nome d'Ele[3], recebem o Espírito de adoção[4]; têm acesso, com ousadia, ao trono da graça[5]; são capacitados a clamar "Aba, Pai"[6]; são tratados com piedade[7], protegidos[8], sustentados[9] e corrigidos por Ele como por um Pai[10]. Desta forma, jamais são abandonados[11], mas selados para o dia da redenção[12], e herdam as promessas[13], como herdeiros de Deus e coerdeiros com Cristo da eterna salvação[14].

1. *Gl. 4.4-5; Ef. 1.5.*
2. *Jo. 1.12; Rm. 8.17.*
3. *Jr. 14.9; 2Co. 6.18; Ap. 3.12.*
4. *Rm. 8.15.*
5. *Ef. 3. 12; Hb. 10.19-22.*
6. *Gl. 4.6.*
7. *Sl. 103.13.*
8. *Pv. 14.26.*
9. *Mt. 6.30, 32.*
10. *Sl.103.13; Hb. 12.6.*
11. *Lm. 3.31-32.*
12. *Ef. 4.30.*
13. *Hb. 6.12.*
14. *Rm. 8.17; Hb. 1.14; 1Pe. 1. 3-4.*

14

Da santificação

I

Cremos e confessamos que todos os que são unidos a Cristo[1], eficazmente chamados e regenerados, e possuindo um novo coração e um novo espírito criados neles em virtude da morte e ressurreição de Cristo, são, além disso, santificados genuína e pessoalmente, pela mesma virtude[2], por Sua Palavra[3] e Seu Espírito neles habitando; o domínio de todo o corpo do pecado é destruído[4] e suas diversas concupiscências mais e mais enfraquecidas e mortificadas[5]; e eles mesmos são mais e mais vivificados e fortalecidos em todas as graças salvíficas para a prática da genuína santidade, sem a qual ninguém verá ao Senhor[6].

1. *Rm. 6. 5-6; 1Co. 6. 11; Fp. 3.8-10.*
2. *At. 20. 32; 26. 18; 1Co. 1.30.*
3. *Jo. 17.17, 19; Ef. 5. 25-26; 2Ts. 2.13.*
4. *Rm. 6. 6, 14.*
5. *Rm. 8. 13; Gl. 5. 24.*
6. *2Co. 7.1; Ef. 3. 16-19; Cl. 1.9-12, 28; Hb.12.14.*

II

Esta santificação permeia o homem todo[7], contudo ela é imperfeita nesta vida; permanecem ainda alguns resíduos de corrupção em cada parte[8]; daí suscita-se uma guerra contínua e irreconciliável, a carne militando contra o Espírito e o Espírito contra a carne[9].

7. *1Ts. 5.23.*
8. *Rm. 7. 18, 23; Fp. 3.12; 1Jo. 1.10.*
9. *Rm. 7. 15-25; Gl. 516-18; 1Pe. 2.11.*

III

Nessa guerra, ainda que a corrupção restante prevaleça, e muito, por algum tempo10, contudo, através do suprimento contínuo de forças por parte do Espírito santificador de Cristo, a parte regenerada vence11; e, assim, os santos crescem na graça, aperfeiçoando a santidade no temor de Deus12.

10. *Rm. 7. 15, 18, 22-23.*
11. *Rm. 6. 14; 1Co. 10.13; 1Jo. 5. 4.*
12. *2Co. 3.18; 7.1; Ef. 4.15-16; 2Pe. 3.18.*

15

Da fé salvífica

I

Cremos e confessamos que a graça da fé, por meio da qual os eleitos são capacitados a crer para a salvação de suas almas[1], é a obra do Espírito de Cristo em seus corações[2], e é ordinariamente operada pelo ministério da Palavra[3], pela administração das ordenanças, através da oração, e de outros meios. Assim, a fé dos eleitos se desenvolve e se fortalece[4].

1. *Hb. 10. 39.*
2. *Jo. 1. 12-13; 6. 44, 65; Ef. 1.17-20; 2.8.*
3. *Mt. 28.19-20; Rm. 1. 16-17; 10.14, 17; 1Co. 1.21; 1Pe. 2.2.*
4. *Lc. 17.5; 22.19; At. 20. 32; Fp. 2. 12-13; 1Ts 5.17; 1Pe. 2.2.*

II

Por esta fé, o cristão crê ser verdadeiro tudo quanto está revelado na Palavra[5], pois a autoridade do próprio Deus fala em Sua Palavra; e age de conformidade com o que cada trecho específico da mesma contém, obedecendo aos mandamentos[6], tremendo ante suas ameaças, e abraçando as promessas de Deus para esta vida e a vida por vir[7]. Os principais atos da fé salvífica, porém, são: aceitar, receber e descansar unicamente em

Cristo para a justificação, a santificação e a vida eterna, em virtude do pacto da graça[8].

5. *Mt.7. 24-27; Lc. 24.25-27, 44-45; Jo. 10. 35; Rm. 15.4; Ap. 1. 1-3*
6. *At. 24.14; Rm. 16.26; ITs. 2.13. Tg. 1. 21-24.*
7. *Is. 66.2; 2Co. 1.19-20; Hb. 11.13.1Jo. 2.25.*
8. *Jo. 1. 12-13; At. 15. 11; 16. 31; Gl. 2.20.*

III

Esta fé é de diferentes graus, podendo ser fraca ou forte[9]. Entretanto, por menor que seja a fé salvífica é de uma qualidade ou natureza diferente da fé e graça comuns àqueles que professam a fé temporariamente[10]; por isso, embora, muitas vezes, a fé salvífica seja assaltada e enfraquecida de diversas maneiras, ela logra vitória[11], desenvolvendo-se em muitos até atingir uma plena segurança através de Cristo[12], que é tanto o autor quanto o consumador de nossa fé[13].

9. *Mt. 6.30; Lc. 17.5; Rm. 4. 19-29; Hb. 5.13-14.*
10. *Lc. 8.13; Jo. 2. 23-24.*
11. *Ef. 6.16; 1Jo. 5. 4-5*
12. *Hb. 6.11-12; 10.22.*
13. *Hb. 12.2.*

16 Do arrependimento para a vida

I

Cremos e confessamos que o arrependimento para a vida é uma graça evangélica[1], doutrina esta que deve ser pregada por todo ministro do Evangelho e todo cristão[2], o tanto quanto pela mesma pregação da fé em Cristo[3], sendo estes os dois elementos ordinários necessários para a conversão[4].

1. *At. 5. 31; 11.18; 16.14.*
2. *Mc.1.14-15; 6.12; Lc. 24. 46-48; At. 3.19; 16.31; 26.20.*
3. *Jo. 11.25; Hb. 10. 22; 11.6.*
4. *At. 3.19; 15.8-9; 20.20-21.*

II

Há entre os eleitos aqueles cuja conversão não se dá senão após certa idade, depois de eles terem vivido algum tempo em seu estado natural e servido a vários prazeres e concupiscências[5]. Mas Deus, ao chamá-los eficazmente, concede-lhes o arrependimento para vida[6].

5. *Ez. 16. 63; 36.31-32.*
6. *Os. 14.2, 4; Lc. 13. 1-5; At. 5. 31; 17.30-31; Rm. 3.24; Ef. 1. 7.*

III

Embora não haja ninguém que faça o bem e que não peque[7], e embora os melhores dos homens possam, devido ao poder e ao engano das corrupções que neles habitam e à tentação que prevalece, caírem em grandes pecados e provocações[8], Deus, por meio do pacto da graça, tem providenciado de maneira misericordiosa que os crentes que assim pecam e caem sejam restaurados através do arrependimento[9].

7. *Rm. 3. 9-12, 23; 1Jo. 1. 8,10.*
8. *Rm. 7. 12-24.*
9. *Sl. 32. 5-6; Pv. 28.13; 1Jo. 1. 9.*

IV

Este arrependimento salvífico é uma graça divina[10], por meio da qual uma pessoa, sendo sensibilizada pelo Espírito Santo dos múltiplos males do seu pecado, e pela fé em Cristo se humilha com tristeza segundo Deus[11], abominando a si mesmo e ao seu pecado, orando e pedindo perdão, bem como o fortalecimento na graça, com a finalidade de andar perante Deus de maneira a agradá-lO em tudo, se esforçando com suprimento do Espírito Santo[12].

10. *Lc. 24.47; At. 5.31; 11.18; 20.2.*
11. *2Co. 7.8-11.*
12. *Ef. 5. 17-21; Cl. 3; 1Jo. 1. 8-10.*
12. *1Jo. 1.8-10.*

V

Visto que o arrependimento deve ser constante durante todo o curso de nossas vidas[13], por causa do corpo da morte e as atuações do mesmo[14], é o dever de cada um se arrepender particularmente daqueles pecados específicos que ele mesmo reconhece[15].

13. *1Jo. 1.8-10.*
14. *Rm. 7. 18-24.*
15. *At. 2. 37-38; 3. 18-20; 20. 20-21; 26.20.*

VI

Tal é a provisão que Deus, por meio de Cristo no pacto da graça, tem feito para preservar os crentes para a salvação, que, embora não haja pecado tão pequeno que não mereça condenação[16], também não há pecado tão grande que traga condenação àqueles que se arrependam verdadeiramente[17]; o que torna necessária a pregação constante do arrependimento[18].

16. *Mt. 12.36. Rm. 6. 23.*
17. *Is. 1. 18; 55: 7; 1Jo.1.9.*
18. *Lc. 24. 44-48; At. 20.20-21; 26.20.*

17 Das boas obras

I

Cremos e confessamos que as verdadeiras boas obras são apenas aquelas que Deus ordenou em Sua santa Palavra[1], e não aquelas que, sem a autorização dela, são inventadas por homens movidos por um zelo cego ou por alguma pretensão de boas intenções[2].

1. *Mq. 6.8; Hb. 13.21.*
2. *1Sm 15.22; Mt.15.8-9; Rm. 10.2; Cl.2.16-17, 20-23.*

II

Essas boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus[3], são os frutos e evidências de uma fé viva e verdadeira; por elas os crentes manifestam sua gratidão[4], fortalecem sua certeza[5], edificam seus irmãos[6], adornam a profissão do Evangelho[7], fecham a boca dos adversários[8] e glorificam a Deus[9], de quem são feitura, criados em Cristo Jesus para isso mesmo[10], a fim de que, tendo seu fruto para a santidade, e no final a vida eterna[11].

III

A capacidade de realizar boas obras de modo algum emana dos crentes, mas inteiramente do Espírito de Cristo[12]. E para que possam ser efetivamente capacitados para isso, além das graças que já receberam, é indispensável que haja uma real influência do Espírito Santo a operar neles tanto o querer quanto o realizar, segundo a sua boa vontade[13]; contudo, não devem, por isso, tornarem-se negligentes como se não tivessem a obrigação de realizar qualquer dever senão pelo impulso especial do Espírito; ao contrário, devem ser diligentes em reavivar a graça de Deus que está neles[14].

12. *Jo. 15. 1-5; Gl. 5.22-23; Ef. 3. 16.*
13. *2Co. 3.5; Fl. 2.13.*
14. *Fl. 2.12; Hb. 6.11-12.*

IV

Os que alcançam, pela sua obediência, a maior perfeição possível nesta vida estão longe de exceder as suas obrigações e fazer mais do que Deus requer, e são deficientes em muitos dos deveres que são obrigados a fazer[15].

15. *Lc. 17.10; Gl. 5. 17.*

V

Nós não podemos, por meio de nossas melhores obras, merecer da mão de Deus o perdão do pecado, ou a vida eterna, em razão da imensa desproporção que há entre elas e a glória por vir, bem como pela infinita distância que há entre nós e o Santo Deus. Com nossas obras não podemos conquistar o favor de Deus, nem quitar a dívida de nossos pecados

anteriores[16]. Mesmo quando fizermos tudo quanto pudermos outra coisa não fizemos senão nosso dever e, portanto, somos servos inúteis[17]. Sendo boas, essas obras provêm do Espírito Santo, mas, ainda assim, são realizadas por nós e, portanto, são manchadas e misturadas com tantas fraquezas e imperfeições, que elas não podem suportar a severidade do juízo divino[18].

16. *Rm. 3.20; 4.2,4, 6; Ef. 2.8-9*
17. *Lc. 17.10*
18. *Sl. 143.2; 130.3; Is. 64.6; Gl. 5.22-23.*

VI

Entretanto, sendo a pessoa do crente aceita através de Cristo[19], suas boas obras são também aceitas nEle[20]; não como se fossem, nesta vida, perfeitamente inculpáveis e irrepreensíveis à vista de Deus[21]; mas porque Ele, contemplando-as em Seu Filho, se agrada de aceitar[22] e recompensar aquilo que é feito com sinceridade, ainda que seja acompanhado de muitas fraquezas e imperfeições[23].

19. *Ef. 1.6.*
20. *1Pe. 2.5.*
21. *Sl. 143.2.*
22. *2Co. 8.1-12; Hb. 6.10.*
23. *Mt. 25. 21, 23.*

VII

As obras realizadas por pessoas não regeneradas, ainda que sejam, por si mesmas, incentivadas e reconhecidas por Deus por serem coisas que Ele ordena e de bom proveito tanto para quem faz quanto para outros, não compram o favor de Deus, nem muito menos a salvação. Elas não procedem de um coração purificado pela fé, e não são praticadas de uma maneira correta, segundo a Palavra, e nem têm a finalidade correta, qual seja a glória de Deus, e, basicamente cumprem o mandado ordinário de Deus[24]. Portanto, são manchadas pelo pecado e não podem agradar a Deus, tão

pouco tornar um homem apto para receber a graça de Deus[25]. Mesmo assim, negligenciá-las é ainda mais pecaminoso e ofensivo a Deus[26].

24. *2Rs. 10. 30-31; Mt. 6.2, 5, 16; Mc. 10; 20-21; 1Co. 13.3; Fl. 1.15-16, 18; Hb.11.4,6.*
25. *Sl. 14. 4; Am. 5.21-22; Ag. 2. 14; Mc.7.6-7.*
26. *Sl. 36.3; Mt. 23.23; 25. 41-45.*

18 Da perseverança dos santos

I

Cremos e confessamos que aqueles a quem Deus aceitou em Seu Amado, eficazmente chamou[1] e santificou por Seu Espírito[2], não podem, nem totalmente, nem finalmente, decair do estado da graça. Eles, com toda a certeza, perseverarão nEle até ao fim e serão eternamente salvos[3].

1. *Jo. 6.44, 65; Rm. 1.6-7; 1Co. 1.9.*
2. *Ef. 1-15; 1Co. 1.2; 6.11.*
3. *Jo. 6. 40; 10. 28-29; 1Co. 1.8; Fp. 1.6; 1Pe. 1.3-5, 9.*

II

Reconhecemos que todos os crentes são chamados a perseverar até ao fim e devem se esforçar por isso piedosamente[4], todavia esta perseverança não depende finalmente da livre vontade dos santos, mas da imutabilidade do decreto da eleição, do gracioso e imutável amor de Deus, o Pai[5]; da eficácia do mérito e da intercessão de Jesus Cristo, e união com Ele[6]; do juramento de Deus[7]; da habitação do Seu Espírito[8]; da semente divina em seu interior[9]; e da natureza do pacto da graça[10]; de tudo isso procedem também à certeza e infalibilidade desta perseverança.

4. *2Tm. 2.19; Hb. 2.1-4; 3.12-14; 10.35-39.*
5. *Jr. 31.3; Ef.1.1-5; 2Tm. 1.9; Tg. 1.17.*
6. *Lc. 22.32; Jo. 17.11, 24; Rm. 8. 33-34, 38-39; Hb. 7.25.*
7. *Hb. 6.16-20.*
8. *Jo. 14.16-17; Ef. 1.13-14; 1Jo. 2.27.*
9.*1Jo. 3.9.*
10. *Jr. 32.40; Jo. 10.28; Fp. 2.12-13; 2Ts 3.3; 1Pe. 1.3-5; 1Jo. 2.19.*

III

Embora seja possível, por causa da tentação de Satanás e do mundo, do predomínio da corrupção que continua nos santos, e da negligência dos meios de sua preservação, eles caírem em pecados graves[11]; e por algum tempo continuarem neles, incorrendo, assim, no desprazer de Deus[12] e entristecendo Seu Espírito Santo[13]; e chegarem a ser privados de suas graças e confortos[14]; e terem seus corações empedernidos e suas consciências feridas[15]; e ferirem e escandalizarem outros[16] e trazerem juízos temporais sobre si próprios[17]; mesmo assim, eles são e serão guardados pelo poder de Deus mediante a fé para a salvação[18].

11. *2Sm. 12.9,13; Sl. 51.4; Mt. 26.70-75.*
12. *2Sm. 11.27; 64.7-9.*
13. *Ef. 4.30.*
14. *Sl. 51. 8,10, 12; 2Co. 7.8-10.*
15. *Sl. 32.3-4; Is. 63.17; Mc. 6.52; Ap. 2.4.*
16. *2Sm. 12.14; Rm. 2.17-24.*
17. *Sl. 8.31-32; 1Co. 11.32; Hb. 12.5-7, 10-11.*
18.*1Pe. 1.3-5.*

19 Da certeza da graça e da salvação

I

Cremos e confessamos que aqueles que professam a fé temporariamente, bem como outros homens não regenerados, inutilmente se enganam com falsas esperanças e presunções carnais de estarem no favor divino e em estado de salvação, esperança esta que perecerá[1], contudo os que realmente creem no Senhor Jesus e O amam sinceramente[2], envidando todo esforço por andar em toda a boa consciência diante dEle[3], podem nesta vida estar plenamente assegurados de que estão no estado de graça, e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus[4], esperança essa que jamais os envergonhará[5].

1. *Dt. 29.19-20; Mq. 3.11-12; Mt. 7.21-23; 13.20-22; Jo 6.70; 1Tm. 1.19-20; 2Tm. 4.10; 1Jo. 2.19*
2. *Jo. 4.41; 1Pe. 1.6-9.*
3. *Mt. 8.22-23; 1Jo. 2.3.*
4. *Ef. 2. 8-9; Rm. 5.2; 1Jo. 5.13.*
5. *2Tm. 4.7-8.*

II

Esta certeza não é uma mera persuasão teórica e provável, baseada numa esperança que pode falhar, mas uma infalível segurança de fé, alicerçada no sangue e na justiça de Cristo, revelados no Evangelho[6]. Bem como na divina verdade das promessas de salvação[7], no testemunho interno do Espírito Santo que testifica com nosso espírito que somos filhos de Deus[8], sendo Ele mesmo o penhor de nossa herança, e com o qual somos selados para o dia da redenção[9]. E esta certeza nos guarda mantendo o nosso coração mais humilde e santo[10].

6. *Hb. 6.11, 17-19.*
7. *Rm. 8.24-25; Tt. 1.2; 1Pe. 1.4-5, 10-11; 1Jo. 3.14.*
8. *Rm. 8.14-16.*
9. *2Co. 1. 21-22; Ef.1.13-14; 4.30.*
10. *Fp. 3.12-15; 1Jo. 3. 3.*

III

Esta certeza infalível de salvação não é uma parte essencial da fé cristã, pois um crente pode esperar muito tempo, e lutar contra muitas dificuldades, antes de alcançá-la[11]. Todavia, sendo capacitado pelo Espírito a conhecer as coisas que lhe são graciosamente dadas por Deus[12], ele pode, sem revelação extraordinária, pelo uso correto dos meios ordinários, tomar posse dela[13]. Portanto, é o dever de cada um ser diligente para confirmar sua vocação e eleição[14]; para que, dessa forma, seu coração seja dilatado em paz e alegria no Espírito Santo, em amor e gratidão a Deus, e em vigor e deleite nos deveres da obediência[15], os frutos próprios desta segurança. Isso está muito longe de conduzir os homens à negligência[16].

11. *1Jo. 5.13.*
12. *1Co. 2.12; 1Jo. 4.13.*
13. *Hb. 6.11-12.*
14. *Rm. 5.1-2, 5; 2Pe. 1.10.*
15. *Rm. 14.17; 15.13.*
16. *Sl. 119. 32; Rm. 6.1-2; 8.1, 12; 2Co. 7.1; Tt. 2.11-14; 1Jo.1.6-7; 3. 2-3.*

IV

Os verdadeiros crentes podem ter de diversas formas, a segurança de sua salvação abalada, diminuída e interrompida; como pela negligência da preservação dela; pela queda em algum pecado específico[17], o qual fere a consciência e entristece o Espírito[18]; por alguma tentação súbita e veemente; por desviar Deus a luz de seu rosto, permitindo até mesmo que aqueles que o temem andem em trevas sem nenhuma luz[19]. Contudo jamais serão totalmente destituídos daquela semente de Deus e da vida de fé[20], daquele amor a Cristo e aos irmãos[21], daquela sinceridade de coração e consciência do dever[22], donde, pela operação do Espírito, esta segurança, no devido tempo, seja revitalizada, e, por meio da qual, nesse ínterim, eles são amparados a fim de não caírem no desespero total[23].

17. *Sl. 51. 8,12,14.*
18. *Ef. 4.30.*
19. *Sl. 77: 1-10; 31.22.*
20. *Lc. 22.32; IJo. 3.9.*
21. *1Jo. 4.16; 5.1.*
22. *1Jo. 2.6, 29.*
23. *Jr. 32:40; Mq. 7.7-9; 2Co. 4.8,10.*

20 Da Lei de Deus

I

Cremos e confessamos que Deus deu a Adão uma lei de obediência universal escrita em seu coração, bem como um preceito específico para que não comesse do fruto da árvore do bem e do mal, como um pacto de obras, pelo qual Deus obrigou a ele e a toda a sua descendência a uma obediência pessoal, inteira, exata e perpétua; prometeu-lhe a vida sob a condição de cumpri-la, e o ameaçou com a morte se a violasse; e dotou-o com poder e capacidade para guardá-la[1].

1. *Gn. 1.26; 2.17; Rm. 2.14-15; 5.12, 19; 10.5.*

II

Esta lei, assim escrita no coração, continuou a ser uma norma perfeita de justiça depois da queda do homem; e foi entregue por Deus no Monte Sinai em dez mandamentos e escrita em duas tábuas[2]; os primeiros quatro mandamentos contêm nossos deveres para com Deus, e, os outros seis, nossos deveres para com os homens[3] .

2. *Êx. 20. 1-17; Dt. 5.32; 10. 4; Tg. 1.25; 2.8,10.*
3. *Mt. 22.37-40.*

III

Além dessa lei, comumente chamada moral, aprouve a Deus dar ao povo de Israel leis cerimoniais, contendo diversas ordenanças típicas: em parte referentes ao culto, prefigurando Cristo, suas graças, ações, sofrimentos e benefícios[4]; e, em parte, apresentando diversas instruções de deveres morais[5]. Todas essas leis cerimoniais sendo instituídas somente até o tempo da Antiga Aliança são revogadas e removidas, por meio de Jesus, o Messias verdadeiro, e o único legislador, a quem o Pai concedeu poderes para tal finalidade[6].

4. *Cl. 2.16-17; Hb. 9.1- 10; 10.1.*
5. *Êx. 12.14; 1Co. 5.7; 2Co. 6.17.*
6. *Ef. 2. 14-16; Cl. 2.14-17.*

IV

Deus também deu diversas leis judiciais à nação de Israel, as quais eram restritas ao estado político daquele povo, e que agora não obrigam a ninguém em virtude daquela instituição, somente seus princípios de justiça geral que possuem um valor moral[7].

7. *Êx. 21-22; Mt. 5.38-48; 1Co. 9.8-10.*

V

A lei moral obriga a todos a prestar-lhe obediência para sempre, tanto às pessoas justificadas quanto as demais[8]. Isso se dá não apenas em consideração ao seu conteúdo, mas também pelo respeito à autori-

autoridade de Deus, o Criador, que a deu[9]. Tampouco Cristo no Evangelho de modo algum desfaz essa obrigação, antes a confirma e fortalece[10].

8. *Rm. 3.31; 1Jo. 2.3-4, 7.*
9. *Rm. 3.19; Tg. 2.8, 10-11.*
10. *Mt. 5. 18-19.*

VI

Embora os verdadeiros crentes não estejam debaixo da lei como um pacto de obras, para serem por ela justificados ou condenados[11], contudo ela é de grande proveito tanto para eles quanto para os demais. Como norma de vida, ela os informa da vontade de Deus e de seus deveres, os dirige e os obriga a andarem convenientemente[12]; descobre-lhes também as poluições pecaminosas de sua natureza, de seus corações e vidas; de maneira que, examinando-se à luz dela, podem chegar a uma convicção mais profunda do pecado, a uma mais profunda humilhação e aversão por ele[13] e, ao mesmo tempo, a uma visão mais clara da necessidade que têm de Cristo e da perfeição de Sua obediência[14].

11. *Rm. 6.14; 8.1; Gl. 3.13.*
12. *Sl. 119.5; Rm. 7.12, 22, 25; 1Co. 7.19.*
13. *Rm. 3. 20; 7. 7, 9,14, 24; Gl. 3.24.*
14. *Rm. 7.12- 25; 8. 3-4.*

VII

Ela é igualmente de utilidade aos regenerados, para refrear suas depravações, pois proíbe o pecado[15]; e suas ameaças servem para demonstrar o que seus pecados merecem, e quais as aflições que podem esperar nesta vida por causa deles, ainda que estejam livres da maldição ameaçada na lei[16].

15. *Tg. 2.11.*
16. *Ed. 9.13-14; Sl. 89.30-34.*

VIII

As promessas dela, de igual modo, lhes mostram que Deus aprova sua obediência, e quais as bênçãos que podem esperar do cumprimento dessa obediência[17], ainda que essas bênçãos não lhes sejam devidas pela lei como um pacto de obras[18]; de modo que fazer um homem o bem, e refrear-se do mal, porque a lei estimula isso e proíbe aquilo, não é evidência de estar ele debaixo da lei, e não debaixo da graça[19].

17. *Lv. 26. 3-13; Sl. 19. 7-11.*
18. *Lc. 17.10; Gl. 2.16.*
19. *Sl. 34.12, 16; Rm. 6.12-14; Hb. 12.28-29; 1Pe. 3.8-12.*

IX

Os usos da Lei, acima mencionados, não são contrários à graça do Evangelho, mas suavemente se harmonizam com ela[20]; o Espírito de Cristo submete a vontade humana e a capacita a fazer livre e alegremente aquilo que a vontade de Deus, revelada na lei, requer que se faça[21].

20. *Gl. 3.21.*
21. *Jr. 31.33; Hb. 8.10.*

21 Do evangelho e da extensão da graça deste

I

Cremos e confessamos que o pacto das obras sendo quebrado pelo pecado[1], e feito sem proveito para a vida, aprouve a Deus dar aos eleitos a promessa de Cristo[2], a semente da mulher[3] , como o meio de chamá-los[4], e neles gerar a fé e o arrependimento[5], nesta promessa se revelou a substância do Evangelho, que nela se tornou eficaz para a conversão e salvação de pecadores[6].

1. *Os. 6.7.*
2. *At. 13.32.*
3. *Gn. 3.15; Gl. 4.4.*
4. *At. 17.30-31.*
5. *Mc. 1.14-15.*
6. *At. 4.19-20.*

II

Esta promessa de Cristo e a salvação por meio dEle estão reveladas somente na Palavra de Deus e por meio dela[7]; e as obras da criação ou providência, com a luz da natureza, não permitem que se descubra a Cristo ou a graça por meio delas, nem mesmo de uma maneira geral ou

ou obscura[8]; muito menos que homens destituídos da revelação dEle pela promessa ou Evangelho[9], consigam assim alcançar a fé ou o arrependimento para a salvação[10].

7. *Rm.1.17.8.*
8. *Rm.10.14,15,17.*
9. *Pv. 29.18.*
10. *Mc. 16.15-16.*

III

A revelação do Evangelho a pecadores, feita em diversas épocas e em partes diferentes[11], acrescida de promessas e preceitos a serem obedecidos, quanto aos povos e pessoas a quem ela é concedida, depende unicamente da vontade soberana e do beneplácito de Deus[12], não sendo vinculada a nenhuma promessa feita aos que exerçam corretamente suas habilidades naturais em resposta à luz comum que os alcança fora desta revelação - exercício, aliás, que ninguém jamais fez ou é capaz de fazer[13]. Portanto, em todas as épocas, a pregação do Evangelho tem sido concedida a pessoas e povos em graus variados quanto à extensão ou limitação da mesma, segundo o conselho da vontade de Deus[14].

11. *Sl.147.19-20.*
12. *At.16.7-10.*
13. *Rm.1.18-21.*
14. *Mt. 11.25-27.*

IV

Embora o Evangelho seja o único meio externo que revele Cristo e a graça salvífica e, como tal, é mais do que suficiente[15]; mesmo assim, para que homens mortos em seus delitos possam nascer de novo, vivificados ou regenerados[16], ainda se faz necessário uma obra eficaz, irresistível, do Espírito Santo sobre a alma inteira[17]. Somente esta obra

produz neles uma nova vida espiritual[18], e sem ela nenhum outro meio é suficiente para sua conversão a Deus[19].

15. *1Co. 1.22-24.*
16. *Tt. 3.5.*
17. *Jo.16.8-11; 1Co. 2.14; Ef.2.1-4.*
18. *Ef. 1.13-14.*
19. *2Co. 4.4,6.*

V

Sendo o Evangelho o poder e a sabedoria de Deus para salvação de todo aquele que crer[20] e, tendo o Senhor outorgado que a fé vem pelo ouvir da pregação da Sua Palavra[21], aprouve a Ele confiar à Sua Igreja a gloriosa missão[22] de pregar todo o Seu conselho[23] a todos os homens de toda tribo, e língua, e povo e nação[24]. Para isso, Ele confere os dons e poder do Espírito Santo[25] a fim de evidenciar na Igreja a Doutrina do Sacerdócio Universal de todos os crentes[26].

20. *1Co. 1.24.*
21. *Rm. 10.17.*
22. *Mt. 28.18-20.*
23. *At. 20.27.*
24. *Ap. 5.9; Fp. 2.11.*
25. *Lc. 24.47-49; At. 1.8.*
26. *Êx.19.4-5; 1Pe. 2.9.*

22 Da liberdade cristã e da liberdade de consciência

I

Cremos e confessamos que a liberdade que Cristo, sob o Evangelho, comprou para os crentes, consiste em serem eles libertos da culpa do pecado, da ira condenatória de Deus, do rigor e da maldição da lei[1]. Além disso, eles são libertos deste presente mundo mau, da escravidão de Satanás e do domínio do pecado[2], da nocividade das aflições, do medo e do aguilhão da morte, da vitória da sepultura e da condenação eterna[3]. Igualmente, eles têm livre acesso a Deus[4] e lhe prestam obediência, não movidos por um medo servil, mas, sim, por amor filial e de espírito voluntário[5]. Todos estes privilégios eram comuns também aos crentes sob a lei6; porém, sob o Novo Testamento, a liberdade dos cristãos é ainda mais ampliada, pois eles são livres do jugo da lei cerimonial a que estava sujeita os santos da Antiga Aliança[7]; além disso, os cristãos têm mais ousadia em seu acesso ao trono da graça[8] e em comunicações mais plenas e livres do Espírito Santo do que ordinariamente participavam os crentes sob a lei[9].

1. *Gl. 3.13; 1Ts. 1.10; Tt. 2.14.*
2. *At. 26. 28; Rm. 6. 14; Gl. 1.4; Cl. 1.13.*
3. *Sl. 119. 71; Rm. 8.1; 8.28; 1Co. 15.54-57; Ef. 2. 18; 3.12.*
4. *Hb. 10. 19-22; Rm. 5. 1-2.*
5. *Rm. 8.14.15; 1Jo. 4.18.*
6. *Gl. 3.9, 14.*
7. *At. 15 10-11; Gl. 4.1-3, 6-7; 5.1.*
8. *Hb. 4.14, 16; 10. 19-22.*
9. *Jo. 7.38-39; 2Co. 3.12-18.*

II

Somente Deus é Senhor da consciência[10], e Ele a liberou das doutrinas e mandamentos de homens que contradigam a Sua Palavra ou que não estejam contidos nela[11]. Sendo assim, acreditar em tais doutrinas e obedecer a tais mandamentos por uma questão de opinião pessoal, sem comparar com as Escrituras, é trair a verdadeira liberdade de consciência[12]. Além disso, a exigência de uma fé irrestrita e de uma obediência cega e total de outrem, mesmo com o uso indevido da Escritura ou de tradições, significa destruir as liberdades de consciência e raciocínio[13].

10. *Rm. 14.4, 10; Tg. 4.12.*
11. *At. 4.19; 5.29; 1Co. 7.23.*
12. *Gl. 2.4-5; 4.9-11; 5.1; Cl. 2.20-23.*
13. *Is. 8.20; At. 17.11; Rm. 14.23.*

III

Aqueles que, sob o pretexto de liberdade cristã, praticam qualquer pecado ou toleram qualquer concupiscência, deturpam o propósito principal da graça do Evangelho para a própria destruição deles[14]. Deste modo, destroem totalmente a finalidade da liberdade cristã, isto é, que, sendo livres das mãos de nossos inimigos, sirvamos ao Senhor, sem medo, em santidade e justiça perante Ele, todos os dias de nossa vida[15].

14. *Jo. 8.34; Rm. 6.15; Gl. 5.13.*
15. *Lc.1.74-75; 1Pe. 2.16.*

23 Do culto religioso e do dia do repouso

I

Cremos e confessamos que a luz da natureza revela a existência de um Deus que mantém o senhorio e soberania sobre tudo; que é justo é bom e faz o bem a todos; portanto, Ele deve ser temido, amado, louvado, invocado, crido e servido de todo o coração, de toda a alma e todas as forças[1]. Mas a forma aceitável de cultuar o Deus verdadeiro é instituída por Ele mesmo e, portanto, delimitada por sua própria vontade revelada[2], de modo que Ele não pode ser cultuado segundo as imaginações e invenções humanas[3], nem segundo as sugestões de Satanás, sob alguma representação visível, ou por qualquer outra forma não prescrita na Sagrada Escritura[4].

1. *Dt. 6.4-9; Rm. 1.20; At. 14. 17; 17.24-25.*
2. *Êx 20. 4-6; Dt. 12.32; Jo. 4. 20- 24.*
3. *Mt. 15.7-9.*
4. *Êx. 20. 4-6; Mt. 4.10.*

II

O culto religioso deve ser oferecido a Deus o Pai, Filho e Espírito Santo, e a Ele só[5]; não a anjos, nem a santos, nem a qualquer outra criatura[6]; e, desde a queda, não pode ser oferecido sem um

mediador, nem pode ser pela mediação de algum outro, senão exclusivamente de Cristo[7].

5. *Mt. 4.10; Jo. 5. 23; 2Co. 13.13.*
6. *Rm. 1.25; Cl. 2.18; Ap. 19.10.*
7. *Jo. 14.6; Ef. 2.13, 18; Cl. 3.17; 1Tm. 2.5.*

III

A oração, com ações de graças, sendo uma parte especial do culto religioso[8], é por Deus requerida de todos os homens[9]; mas, para que seja aceita, tem de ser feita em nome do Filho[10], com o auxílio de Seu Espírito[11], segundo a Sua vontade[12], com entendimento, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança[13]; e, se estiver com outros, que seja numa língua conhecida[14].

8. *Fp. 4.6.*
9. *1Tm. 2.1; Cl. 4.2; ITs. 5.17-18.*
10. *Jo. 14.13-14; IPe. 2.5.*
11. *Rm. 8.26; Ef. 6.18.*
12. *1Jo. 5.14.*
13. *Ec. 5.1-2; Mt. 7.7-11; Mc. 11.24; Hb.12.28; Tg. 1.5-8; 5.16.*
14. *1Co. 14: 2-19; 26-28, 30.*

IV

A oração deve ser feita numa postura de humildade e dependência com o reconhecimento de que não há qualquer mérito próprio do indivíduo. Portanto, rejeitamos o uso de expressões como "decretar", "determinar", "declarar", "tomar posse", "reivindicar" e "exigir", antes, devemos "pedir" ou "suplicar" humildemente, submetendo-nos à vontade soberana de Deus[15]. Devemos orar por coisas lícitas[16], e em favor de todo gênero de pessoas vivas ou que virão a viver no futuro[17]; mas não em favor dos mortos[18], nem em favor daqueles de quem soubermos que cometeram o pecado para morte[19].

15. *Sl. 115.3; Ec. 5.1-2; Mt. 6.9-10; 26.42; 1Jo. 5.14.*
16. *Tg. 4.3.*
17. *Jo. 17.20; 1Tm. 2.1-2.*
18. *2Sm. 12.21-23; Lc. 16.25-26; Hb. 9.27.*
19. *1Jo. 5. 16.*

V

A leitura e a exposição das Escrituras[20], o ouvir da Palavra de Deus[21], o cântico de salmos e de hinos[22], bem como a administração do Batismo e da Ceia do Senhor[23], e o ofertório[24], são todos partes do culto religioso a Deus, e devem ser oferecidos em obediência a Deus com entendimento, fé e temor santo[25]. Humilhações solenes, com jejuns e ações de graças em ocasiões especiais, devem, em seus diversos tempos e estações, ser usadas de uma forma santa e religiosa[26].

20. *Lc. 4.18-20; At.15.21; 2Tm. 4.2; Ap. 1.3.*
21. *At. 10.33; 20.7; Cl. 3.16.*
22. *Sl. 100.2; At. 16.25; Ef. 5.19.*
23. *Mt. 28.19; At.2.42; 1Co. 11. 23-26.*
24. *Sl. 96.8; Mt. 23.23.*
25. *Hb. 12.28.*
26. *Jl. 2.12; Mt. 9.15.*

VI

Agora, sob o Evangelho, nem a oração, nem qualquer outra parte do culto religioso se restringe a certo lugar em que se ofereça ou para o qual se dirija[27], nem assim se torna mais aceitável; mas Deus deve ser adorado em todo lugar em espírito e em verdade[28], tanto em família diariamente[29] e em secreto, estando cada um sozinho[30], como também mais solenemente, nos cultos públicos, que não devem ser descuidados nem voluntariamente negligenciados ou abandonados, quando Deus, por meio de Sua Palavra ou por Sua providência proporcione ocasião[31].

27. *Ml. 1.11; Jo.4.21-23; 1Tm. 2.8.*
28. *Jo. 4.23-24.*
29. *Dt. 6. 6-7.*
30. *Jó 1.5; Mt. 6.5-6.*
31. *Is. 56.7; At. 2.42; Hb. 10.25.*

VII

Como faz parte da lei da natureza que, em geral, uma proporção de tempo seja separada para o culto a Deus, assim também, em Sua Palavra, mediante uma ordenança positiva, moral e perene, e que obriga a todos os homens, em todas as épocas, Deus particularmente designou um dia em sete para um Sábado que lhe seja santificado[32]; o qual, desde o princípio do mundo até a ressurreição de Cristo, foi o último dia da semana; e, desde a ressurreição de Cristo, foi substituído pelo primeiro dia da semana, que, na Escritura, se chama o Dia do Senhor, e deverá continuar até ao fim do mundo como o Sábado Cristão, abolindo-se a observação do último dia da semana. Entretanto, aqueles que, por razões verdadeiramente alheias à sua vontade, não podem se reunir à Igreja para adoração em culto solene no Dia do Senhor não ferem este princípio[33].

32. *Gn. 2.3; Êx. 20.8-11.*
33. *At. 20. 7; 1Co. 16.1-2; Hb. 4. 1-10; Ap.1.10.*

VIII

O Sábado Cristão, o dia do descanso é, portanto, santificado ao Senhor quando os homens, tendo devidamente preparado seus corações, e de antemão ordenado seus afazeres comuns, observam, durante o dia, um santo repouso de suas próprias obras[34], palavras, pensamentos e empreendimentos, e ocupam o seu tempo nos exercícios públicos e particulares do culto ao Senhor, bem como nos deveres de necessidade e misericórdia[35].

34. *Êx.16.23-26, 29-30; 31. 15-17.*
35. *Is. 58. 13-14; Mt. 12.1-13.*

24 Dos juramentos legais e dos votos

I

Cremos e confessamos que o juramento, quando lícito, é uma parte do culto religioso[1] em que o crente, em ocasiões próprias e com toda a solenidade, chama a Deus por testemunha do que assevera ou promete; pelo juramento ele invoca a Deus a fim de ser julgado por Ele, segundo a verdade ou a falsidade do que jura[2].

1. *Dt. 10.20.*
2. *Êx. 20.7; Lv. 19.12; 2Cr. 6.22-23; 2Co.1.23.*

II

O Nome de Deus é o único pelo qual se deve jurar no culto público, Nome que deve ser usado com todo santo temor e reverência[3]. Portanto, jurar falsa ou precipitadamente por aquele glorioso e tremendo Nome, ou jurar por qualquer outra coisa, é pecaminoso e abominável[4]. Contudo, como em assuntos de gravidade e importância, um juramento é autorizado pela Palavra de Deus, tanto sob o Antigo quanto sob o Novo Testamento[5], o juramento legal, sendo imposto por autoridade legal, deve ser prestado[6].

3. *Dt. 6.13.*
4. *Êx. 20. 7; Jr. 5.7; Tg. 5.12.*
5. *Hb. 6.16.*
6.*1Rs. 8.31-32; Ed. 10.5.*

III

Todo aquele que fizer um juramento autorizado pela Palavra de Deus, deve ponderar detidamente sobre a gravidade de um ato tão solene, e não deve afirmar nada senão aquilo de que esteja plenamente persuadido ser a verdade[7]. Nem tampouco deve alguém obrigar-se, por juramento, a qualquer coisa senão àquilo que é bom e justo e àquilo que ele crer ser assim, e aquilo que está resolvido cumprir[8]. Entretanto, é pecado recusar prestar juramento no tocante a qualquer coisa justa e boa, sendo ela imposta por autoridade legal[9].

7. *Jr. 4.2.*
8. *Gn. 24.2-3, 9.*
9. *Ne. 5.12.*

IV

Deve fazer-se um juramento no claro e comum sentido das palavras, sem equívoco ou reserva mental[10]. Ele não pode obrigar a pecar, mas, uma vez pronunciado, e com referência a qualquer coisa não pecaminosa, ele obriga ao cumprimento, mesmo com prejuízo de quem jura[11]; tampouco deve ser violado, ainda que feito a hereges ou infiéis[12].

10. *Sl. 24.4.*
11. *Sl. 15.4.*
12. *Js. 9.15-21; Ez. 17.16, 18.*

V

O voto[13], que não deve ser feito a criatura alguma, mas só a Deus[14], é da mesma natureza que o juramento com promessa, e deve ser feito com o mesmo cuidado religioso, e cumprido com a mesma fidelidade[15].

13. *At.18.18; 21.23-24.*
14. *Sl. 76.11.*
15. *Dt. 23. 21, 23; Sl. 50.14.*

VI

Ninguém deve prometer fazer coisa alguma que seja proibida na Palavra de Deus ou que impeça o cumprimento de qualquer dever nela ordenado, nem o que não está em seu poder cumprir e para cuja execução não tenha promessa ou poder de Deus[16]. Por isso, os votos monásticos que a Igreja Romana ou qualquer outro segmento religioso ou sociedade secreta impõem, a exemplo do celibato perpétuo, pobreza professa e obediência regular, em vez de serem graus de mais elevada perfeição, não passam de laços supersticiosos e pecaminosos nos quais nenhum cristão deve envolver-se[17].

16. *Mc. 6.26; At. 23.12.*
17. *1Co. 7.23; Ef. 4. 28; 1Ts. 4.11-12.*

25 Das autoridades constituídas

I

Cremos e confessamos que Deus, o supremo Senhor e Rei do mundo inteiro, para Sua própria glória e para o bem público, constituiu as autoridades para serem sujeitas a Ele e com autoridade sobre o povo. E para esse fim, deu-lhes poderes para a defesa e encorajamento daqueles que fazem o bem e para o castigo dos malfeitores[1].

1. *Rm. 13.1-4; 1Pd. 2.13-14.*

II

Aos cristãos é lícito aceitar e exercer o ofício de magistrado, quando para eles são chamados[2]; na administração do mesmo, como devem eles especialmente manter a justiça e a paz, segundo as leis sadias de cada Estado[3], assim, agora sob o Novo Testamento e para esse fim, podem fazer guerra, havendo ocasião justa e necessária[4].

2. *Pv. 8.15-16.*
3. *2Sm. 23.3; Sl. 82.3-4.*
4. *Rm. 13.4.*

III

É dever do povo de Deus orar pelas autoridades constituídas por Deus[5], honrar suas pessoas[6], pagar tributo ao governo e outros compromissos[7], obedecer aos seus preceitos legais e viver sujeito à sua autoridade, por motivo de consciência[8]. Infidelidade ou diferença em questão de religião não invalida o justo e legal poder das autoridades civis, nem isentam o povo desta obediência a elas, da qual não estão excluídos os eclesiásticos[9].

5. *1Tm. 2.1-3.*
6. *2Pd. 2.17.*
7. *Mt. 22.21; Rm. 13.2-7.*
8. *Rm. 13.1, 5; Tt. 3.1; 1Pd. 2.13-14, 16.*
9. *At. 25.10-11.*

26 Do casamento e do divórcio

I

Cremos e confessamos que o casamento deve ser entre um homem e uma mulher. Não é lícito ao homem ter mais de uma esposa ou à mulher ter mais de um esposo, ao mesmo tempo[1].

1. *Rm. 13.1-4; 1Pd. 2.13-14.*

II

O matrimônio foi ordenado por Deus para o auxílio e felicidade mútua entre o homem e a mulher[2], para a propagação da raça humana por uma sucessão legítima, e da Igreja por uma semente santa[3] e para prevenção contra a impureza[4].

2. *Gn. 2.18; Ec. 9.9.*
3. *Gn. 9.1.*
4. *1Co. 7.2,9.*

III

A toda sorte de pessoas que são capazes de dar seu consentimento ajuizado, é lícito casar[5]; no entanto é dever dos cristãos casarem no Senhor[6]. Portanto, os que professam a genuína fé cristã não devem casar-se com infiéis, incrédulos e idólatras; nem devem os piedosos prender-se a um jugo desigual, casando-se com os que são ímpios em sua vida, ou que mantêm heresias perniciosas[7].

5. *Gn. 24. 57-58; Hb. 13.4.*
6. *1Co. 7.39.*
7. *2Co. 6.14.*

IV

O matrimônio não deve efetuar-se entre pessoas de graus de consanguinidade ou parentesco proibido na Palavra de Deus, nem podem tais casamentos incestuosos jamais tornarem-se lícitos por alguma lei humana ou consentimento das partes, de modo que tais pessoas vivam juntas como esposo e esposa[8].

8. *Lv. 18.1-18; Mc. 6.18; 1Co. 5.1.*

V

Cremos que uma vez descoberto que houve caso de relação sexual ilícita cometida depois de um contrato, a parte inocente, tem justo motivo para dissolvê-lo[9]. Em caso de adultério, ao cônjuge que sofre o dano, é dado o lícito direito de propor o divórcio, e, depois de obtê-lo, casar com outrem, como se a parte infiel fosse morta[10].

9. *Mt 1.18-20.*
10. *Mt. 5.31-32;19.9.*

VI

O divórcio poderá ocorrer também, quando houver caso de deserção tão obstinada que não possa ser remediada nem pela igreja nem pelo Estado[11]. Para dissolução do matrimônio é necessário haver um processo público e regular, não se devendo deixar ao arbítrio e discrição das partes o decidir em seu próprio caso[12].

11. *1Co. 7.15.*
12. *Dt. 24.1-4; Ed.10.3*

VII

Cremos que o divórcio é uma dolorosa concessão por causa da dureza do coração humano, constituindo-se um terrível prejuízo para a família[13]. Somos instruídos na Palavra Sagrada que o ideal divino é o perdão e a restauração, pois Deus odeia o repúdio, logo o que Ele uniu não separe o homem[14].

13. *Mt.19.7-8.*
14. *Ml 2.13-16; Mc 10. 5-9.*

27 Do Espírito Santo

I

Cremos e confessamos que Deus o Espírito Santo, é a terceira pessoa da Santíssima Trindade[1], eternamente procedente do Pai e do Filho da mesma substância e totalmente igual em glória, honra, dignidade e poder. Deve o Espírito Santo juntamente com o Pai e o Filho ser amado, adorado, obedecido, servido e crido pelos séculos dos séculos[2].

1. *Mt. 28. 19; 2Co. 13.13.*
2. *Mt. 3.16-17; Jo. 14.26; 15.26; 16.7-14.*

II

Foi Ele quem inspirou os escritores sagrados a registrarem a santa palavra de Cristo de forma infalível e inerrante[3].

3. *Jo. 10. 35; 15.26; 16.13-14; At. 1.16; 2Tm. 3.16; 1Pe 1. 1-12; 2Pe 1.19-21.*

III

Ele é o Senhor dessa santa dispensação do Evangelho de Cristo, assistindo-a com Seu fruto, Seus dons e poderes extraordinários[4]. Ele mesmo atua na consciência dos homens, convencendo-os do pecado, da justiça e do juízo[5], de maneira que, resistir Sua graciosa oferta evangélica, é tornar-se culpado do pecado de resistir ao Espírito Santo[6].

4. *Jo.14. 16-17; 15.26; 16.7; Rm. 12. 6-8; 1Co. 12.4-11, 28-31; Gl. 5 22-25.*
5. *Jo. 16. 8-11.*
6. *At. 7. 51-53.*

IV

A esse Espírito Santo, Deus o Pai está sempre pronto a conceder a todos quantos são ordenados para a vida, a fim de dispô-los e habilitá-los a crer[7]. Ele é o único e legítimo aplicador da obra redentora da cruz[8]. O Santo Espírito é o doador e Senhor da vida, a fonte de todo o bem[9]. Ele abre os nossos olhos, dá-nos um novo coração e conduz-nos irresistivelmente para Cristo pela fé somente, levando-nos a glorificar o Redentor[10]. Todos os crentes genuínos são batizados nEle em um só corpo, e todos igualmente unidos por meio dEle a Cristo tornam-se Sua habitação, são por Ele santificados e recebem-no como o Espírito de adoção mediante o qual são habilitados a clamar *"Aba-Pai"*[11]. Deus o Espírito Santo é o Senhor e o distribuidor de todos os dons e ofícios por meio dos quais os crentes são santificados e edificados. Com Ele, todos os verdadeiros santos, são selados para o dia da redenção[12].

7. *At. 2.37-39; 10. 41-45; Rm. 5.5; 8.14-16; Gl. 4.6.*
8. *Jo. 16. 8; Ef. 1.13-14.*
9. *Gn. 1.2; Sl. 139; Rm. 8.2,10.*
10. *Ez. 11. 19-20; 36.26-27; 37.6-9, 14; Jo. 16. 13-14; At. 16.14.*
11. *Rm. 8. 15-16; 1Co.12.12-13; Gl 4.6.*
12.*1Co. 6. 19-20; 12.13-31; Ef. 1. 13-14; 4.30.*

V

Cremos que todo o crente genuíno foi batizado com o Espírito Santo no ato de sua conversão[13]; e que esse batismo aconteceu quando o Espírito Santo foi derramado sobre ele regenerando a sua vida e tornando-o uma nova criatura em Cristo Jesus[14]; e que com esse batismo ele foi unido ao corpo místico de Cristo que é Sua Igreja e selado para o dia da redenção[15].

13. *Jo. 1.13; 3.5, 6, 8; 7. 39; At. 2.38, 39; Rm. 8.1, 15; Gl. 4.6; Ef.1.13-14; 4.30.*
14. *Jo. 3.6, 8; Rm. 5.5; Tt. 3.5-6.*
15. *1Co. 12.13, 27; Ef.1.22-23; 2Co. 1.22; Ef. 1.13; 4.30.*

VI

De acordo com o propósito Soberano de Deus o crente genuíno, que já tem o Espírito Santo habitando permanentemente dentro de si[16], pode e deve experimentar a bênção da plenitude do Espírito Santo, a fim de habilitá-lo a melhor servir ao Senhor, sendo que, essa experiência, deve ser buscada por todos aqueles que professam a fé em Cristo[17].

7. *At. 2.37-39; 10. 41-45; Rm. 5.5; 8.14-16; Gl. 4.6.*
8. *Jo. 16. 8; Ef. 1.13-14.*
9. *Gn. 1.2; Sl. 139; Rm. 8.2,10.*
10. *Ez. 11. 19-20; 36.26-27; 37.6-9, 14; Jo. 16. 13-14; At. 16.14.*
11. *Rm. 8. 15-16; 1Co.12.12-13; Gl 4.6.*
12.*1Co. 6. 19-20; 12.13-31; Ef. 1. 13-14; 4.30.*

VII

Essa experiência da plenitude do Espírito Santo na vida de um crente em Cristo pode acontecer mais de uma vez, na medida em que for buscada através de oração e de uma consagração de vida visando uma dedicação maior ao Senhor e a sua obra[18].

18. *At. 2. 1-4; 4.31; 9.17; 13. 9-10; 1Co. 14.1.*

VIII

O sinal verdadeiro de uma vida cheia do Espírito não é necessariamente a manifestação dos dons espirituais[19], e sim a produção natural do fruto do Espírito Santo[20] e, consequentemente, de uma vida operosa e frutífera no Reino de Deus[21].

19. *1Co. 12. 1-30; 14.1-39.*
20. *Gl. 5.22; Ef. 5.9; Fl. 1.11.*
21. *Jo. 15.16; 7. 38; At. 4.31; 6. 8-10; 9. 17- 20.*

IX

Deus o Espírito Santo, sendo totalmente livre, soberano e Senhor absoluto de Sua Igreja, distribui entre seus membros, Seus ofícios, dons e graças de acordo com Sua soberana vontade e com vistas à edificação do corpo e o aperfeiçoamento dos santos[22]. Conquanto os dons do Espírito devam ser buscados e exercidos pela Igreja, devem ser regulados de acordo com as Escrituras[23]. Negamos que tamanha graça se dê segundo a vontade ou orientação dos homens. Afirmamos e confessamos ser isso total e absoluta prerrogativa do Senhor, o Espírito[24].

22. *At. 20.28; 1Co. 12.7; Ef. 4.12.*
23. *Rm. 12. 3-18; 1Co. 12-14.*
24. *1Co. 12.4-7, 11.*

IX

Cremos de todo o nosso coração que o Espírito é quem chama, unge e capacita ministros para o sagrado ofício ministerial, visando o bem do Seu povo. Nos primórdios do cristianismo, Ele providenciou o ofício Cremos de todo o nosso coração que o Espírito é quem chama, unge e capacita ministros para o sagrado ofício ministerial, visando o bem do Seu povo. Nos primórdios do cristianismo, Ele providenciou o ofício apostólico para servir temporariamente à Igreja naquele período. Tal ofício, Ele tencionou que cessasse com a morte de João, o último dos apóstolos[25]. Contudo, Ele providenciou ofícios permanentes para a Igreja[26]. Portanto, em todo tempo, deve a Igreja rogar a Ele que lhe envie ministros fieis. Não fazer isso, é grave pecado contra o Senhor da Seara e terrível prejuízo para a Igreja[27]. É pela gloriosa e poderosa atuação do Santo Espírito que a pregação do Evangelho e a ministração dos Sacramentos tornam-se eficazes, e Ele mesmo intercede, santifica, purifica, orienta, governa e preserva a sua mui amada Igreja por meio de Sua Santa Palavra[28].

25. *Jr. 3.15; At. 1. 24-26; 20. 28; 1Co. 12. 1, 4-5, 29-30; Ef. 4.11-12.*
26. *At 20. 28; 2Tm. 3.1-13; Tt. 1.5-9; Hb.13.17; 1Pe. 5.1-4.*
27. *Mt. 10.37-38; Lc. 10.2; At. 20. 28-32.*
28. *Mt. 3.11; Jo. 16. 12-15; Rm. 8.26; 1Co. 6. 18-19; 12.13.*

28

Da Igreja

I

Cremos e confessamos uma só Igreja Católica ou universal, a qual é invisível, consiste de todo o número dos eleitos que têm sido, são ou serão reunidos num só corpo, sob Cristo sua Cabeça; ela é a Esposa, o Corpo, a plenitude daquele que a tudo enche em todas as coisas[1]. Ela é uma santa congregação e assembleia dos verdadeiros crentes em Cristo[2], que esperam toda a sua salvação de Jesus Cristo[3], lavados pelo sangue d'Ele, santificados e selados pelo Espírito Santo[4].

1. *Mt. 16.18; 1Co. 12.13; Ef. 1. 10, 22-23; Cl.1. 18.*
2. *Jo. 10. 16; Ef. 4.3-6; Hb. 12.22.*
3. *At. 2. 21, 36; Hb. 7.25.*
4. *1Co. 6. 11; Ef. 1. 3, 7, 13; 4. 30; Tt. 3.5.*

II

Esta Igreja existe desde o princípio do mundo e existirá até o fim. Pois, Cristo é o Rei eterno, que não pode estar sem súditos[5]. Esta santa Igreja é mantida por Deus contra o furor do mundo inteiro[6], mesmo que ela, às vezes, por algum tempo, seja muito pequena e na opinião dos

homens, quase desaparecida. Assim, Deus guardou para Si, na perigosa época de Acabe, sete mil homens, que não tinham dobrado os joelhos a Baal[7].

5. *2Sm. 7.16; Rm. 4. 16-18; Gl. 3.15-22; Ef. 2. 11-20.*
6. *Ap. 12.13-17.*
7.*1Rs. 19. 9-10, 14-18.*

III

Esta santa Igreja também não está situada, fixada ou limitada em certo lugar, ou ligada a certas pessoas, mas ela está espalhada e dispersa pelo mundo inteiro[8]. Contudo, está integrada e unida, de coração e vontade, no mesmo Espírito, pelo poder da fé[9].

8. *Jo. 4. 21-24; Ap. 5.9-10.*
9. *At. 4.32; Rm. 10. 12-13; Ef. 4.4-5.*

IV

Esta santa assembleia é a congregação daqueles que são salvos, e fora dela não há possibilidade ordinária de salvação[10]. Cremos, então, que ninguém, qualquer que seja a posição ou qualidade, deve viver afastado dela e contentar-se com sua própria pessoa. Mas cada um deve se juntar e se reunir a ela[11], mantendo a unidade da Igreja, submetendo-se a sua instrução e disciplina[12], curvando-se diante do jugo de Jesus Cristo[13] e servindo para a edificação dos irmãos[14], conforme os dons que Deus concedeu a todos, como membros do mesmo corpo[15].

10. *Mt. 16.18,19; At. 2.47; Gl. 4.26; Ef.5.25-27; Hb. 2.11,12, 23.*
11. *Jo. 17.21; Cl. 3.15; Hb.10.25.*
12. *Ef.4.3-4; Hb. 13.17.*
13. *Mt. 11.28-30.*
14. *1Co. 14. 1-4, 26; Cl. 3.16.*
15. *1Co. 10. 1-17; 12.27; Ef. 4.11-15.*

V

Para observar melhor tudo isto, o dever de todos os fiéis é, conforme a Palavra de Deus separar-se daqueles que não pertencem à Igreja[16], e juntar-se a esta assembleia em todo lugar onde Deus a tenha estabelecido[17]. Este dever deve ser cumprido, mesmo que os governos e as leis das autoridades o contrariem e mesmo que a morte ou a pena corporal sejam a consequência disto. Por isso, todos os que se separam desta Igreja ou não se juntam a ela, contrariam a ordem de Deus[18].

16. *Nm. 16.23-26; Is. 52.11, 12; At. 2.40; Rm 16.17; Ap. 18.4.*
17. *Sl. 122.1; Is. 2.3; Hb. 10.25.*
18. *At. 4.18-20.*

VI

Cremos que se deve discernir diligentemente e com muito cuidado, pela Palavra de Deus, qual é a verdadeira Igreja, em vista de que há atualmente no mundo muitas seitas, que se chamam "igreja", mas sem razão[19]. Não falamos aqui dos hipócritas que, na Igreja, se acham entre os sinceros fiéis; contudo, não pertencem à Igreja, embora sejam membros dela. Mas queremos dizer que se deve distinguir o corpo e a comunhão da verdadeira Igreja, de todas as seitas que se dizem "igreja"[20].

19. *Mt. 7.21.*
20. *Rm. 9.6; Ap. 2.9.*

VII

As marcas para conhecer a verdadeira Igreja são estas: ela mantém a pura pregação do Evangelho[21], a pura administração dos sacramentos como Cristo os instituiu[22], e o exercício da disciplina eclesiástica para castigar os pecados[23], Em resumo: ela se orienta segundo a pura Palavra

de Deus, rejeitando todo o contrário a esta Palavra[24] e reconhecendo Jesus Cristo como o único Cabeça. Assim, com certeza, se pode conhecer a verdadeira Igreja e a ninguém convém separar-se dela[25].

21. *Gl.1. 6-9.*
22. *Mt. 28.18-20; 1Co. 11. 20-29.*
23. *Mt. 18.15-17; 1Co. 5.1-13; 2Ts. 3. 6; Tt 3.10-11.*
24. *Jo. 8. 47; 17. 17; At. 2.42; 17. 11; Ef. 2. 20; Cl. 1. 23; 1Tm. 6.3.*
25. *Jo. 10. 14; Ef. 1. 17-23; Cl. 1.18.*

VIII

Aqueles que verdadeiramente pertencem à Igreja podem ser conhecidos pelas marcas dos cristãos, a saber: pela fé[26] e pelo fato de que eles, tendo recebido Jesus Cristo como único Salvador, fogem do pecado e seguem a justiça[27], amando Deus e seu próximo[28], não se desviando para a direita nem para a esquerda e crucificando a carne, com as obras dela[29]. Isto não quer dizer, porém, que eles não têm ainda grande fraqueza, mas, pelo Espírito, combatem-na em todos os dias de sua vida[30] e sempre recorrem ao sangue, à morte, ao sofrimento e à obediência do Senhor Jesus. NEle, eles têm a remissão dos pecados pela fé[31].

26. *Jo. 1. 12; Gl. 3.26; 1Jo. 4.2.*
27. *At. 4. 11-12; Rm. 6.1-14; Cl. 3; Fp. 3.12- 14.*
28. *Mt. 22. 35-40; 1Jo. 3. 23-24; 4.19-21.*
29. *Gl. 5.19-25.*
30. *Rm. 7.14-15; G.1 5.16-17; 1Jo. 1.10.*
31. *Rm. 7.24-25; Ef. 1.3-7; 1Pe. 1. 17-21; 1Jo.1. 7-9.*

IX

Quanto à falsa "igreja", ela atribui mais poder e autoridade a si mesma e a seus regulamentos do que à Palavra de Deus e não quer submeter-se ao jugo de Cristo[32]. Ela não administra os sacramentos como Cristo ordenou em Sua Palavra, mas acrescenta ou elimina o que lhe convém. Ela se baseia mais nos homens que em Cristo. Ela persegue aqueles que

vivem de maneira santa, conforme a Palavra de Deus, e que lhe repreendem os pecados, a avareza e a idolatria. É possível conhecer estas duas igrejas e distingui-las uma da outra33.

32. *Mt. 23. 1-4; Jo. 5.39-40; 2Tm. 4.3-4; 2Jo. 9.*
33. *Mt. 14.1-12; Jo. 16. 2; 2Tm. 3.12.*

X

Cremos que esta verdadeira Igreja deve ser governada conforme a ordem espiritual, que nosso Senhor nos ensinou na Sua Palavra[34]. Deve haver Ministros ou Pastores para pregarem a Palavra de Deus e administrarem os sacramentos; deve haver também presbíteros e diáconos[35] para formarem, com os pastores, o conselho da Igreja[36]. Assim, eles devem manter a verdadeira religião e fazer com que a verdadeira doutrina seja propagada, que os transgressores sejam castigados e contidos, de forma espiritual, e que os pobres e os aflitos recebam ajuda e consolação, conforme necessitam[37]. Desta maneira, tudo procederá, na Igreja, em boa ordem, quando forem eleitas pessoas fieis[38].

34. *At. 20. 17, 28; Ef. 4.11-12.*
35. *At. 14. 23; 1Co. 4.1; 1Tm. 3. 8-10; Tt. 1.5.*
36. *At. 20.17; Fp. 1.1; 1Tm. 4.14.*
37. *At. 6.1-4; Tt. 1.7-9; Hb. 13. 17.*
38. *1Co. 4.2; 1Tm. 3.*

XI

Cremos que os ministros da Palavra de Deus, os presbíteros e os diáconos devem ser escolhidos para seus ofícios, mediante eleição legítima pela Igreja[39], sob invocação do nome de Deus e em boa ordem, conforme a Palavra de Deus ensina[40]. Por isso, cada membro deve cuidar para não se apoderar do ofício por meios ilícitos, mas deve esperar à hora em que é chamado por Deus, a fim de ter, assim, a certeza de que sua vocação vem do Senhor[41].

39. *At. 1.15-26; 6.1-6; 14. 23; Tt. 1.5.*
40. *At. 6. 5-6; 13.2-3; 1Tm. 4.14; 2Tm. 1.6.*
41. *At. 8. 9-13, 18-23; 2Co.11.12-13; Hb. 5.1-4.*

XII

Quanto aos ministros da Palavra, eles têm, onde quer que estejam iguais poder e autoridade, porque todos são servos de Jesus Cristo[42], o único Bispo universal e o único Cabeça da Igreja[43].

42. *2Co. 5.20; 1Pe. 5.1-4.*
43. *Mt. 23. 8,10; Ef. 1.22-23; 5.23; 1Pe. 2.25.*

XIII

Além disto, a santa ordem de Deus não pode ser violada ou desprezada. Dizemos, portanto, que cada um deve ter respeito especial pelos ministros da Palavra, presbíteros e diáconos da igreja, em razão do trabalho que realizam. Cada um deve viver em paz com eles, tanto quanto possível, sem murmuração, contenda ou discórdia[44].

44. *Rm. 12.18; 1Ts. 5.12-13; 1Tm. 5.17; Hb.13.17.*

XIV

Cremos que os que governam a Igreja devem cuidar para não se desviarem do que Cristo, nosso único Mestre, nos ordenou; embora seja útil e bom que, entre eles, se estabeleça e conserve determinada ordem para manter o corpo da Igreja[45].

45. *At. 15. 1-3; 1Tm. 5.17.*

XV

Por isso, rejeitamos todas as invenções humanas e todas as leis que se queiram introduzir para servir a Deus, mas que venham, de qualquer maneira, comprometer e constranger a consciência. Aceitamos, então, somente o que serve para promover e guardar a concórdia e a unidade e para manter tudo na obediência a Deus[46].

46. *Mt. 15.8-9; Rm. 16.17; Gl. 5.1.*

29 Da comunhão dos santos

I

Cremos e confessamos que todos os santos, que por Seu Espírito e pela fé se acham unidos a Cristo, sua Cabeça, têm comunhão em suas graças, sofrimentos, morte, ressurreição e glória, embora não seja por isso feitos uma só pessoa com Ele[1]. E, estando unidos uns aos outros em amor, desfrutam de comunhão nos mesmos dons e graças uns dos outros, e estão obrigados ao cumprimento de tais deveres, públicos e particulares, que contribuem ao seu proveito mútuo, tanto do homem interior quanto do exterior[2].

1. *Jo. 1.16; Rm. 6. 5; 8.17; 1Co. 12.12-14, 25-27; Ef. 1.22-23; 2.21-22; 4.15-16; Fp. 3.10; 1Jo. 1.3.*
2. *1Co. 12.25-27; 1Ts. 5.11,14; Gl. 6.2,10.*

II

Todos os santos são obrigados a manterem uma santa sociedade e comunhão no culto divino e na realização de outros serviços espirituais para sua edificação mútua; bem como a assistirem uns aos outros com coisas materiais, de acordo com suas várias habilidades e necessidades[3]. Esta

comunhão, embora se deva exercer, mormente dentro dos relacionamentos nos quais os santos se encontram, seja nas famílias ou nas Igrejas, também, segundo a oportunidade que Deus oferecer, deve estender-se a todos aqueles que, em todo lugar, invocam o nome do Senhor Jesus[4].

4. *Jo. 17.20,21; 1Co. 1.2; 12.25; Gl. 6.1.*

30 Dos sacramentos

I

Cremos e confessamos que os sacramentos são santos sinais e selos do pacto da graça, imediatamente instituídos por Cristo[1] para representá-lO e a Seus benefícios, e para confirmar nosso interesse nEle e solenemente comprometer-nos no serviço de Deus em Cristo, de acordo com a Sua Palavra[2].

1. *Mt. 28.19; At. 2.41; Lc. 22.19-20; 1Co.11.23-25.*
2. *1Co. 10.21-22.*

II

Há em cada sacramento uma relação espiritual, ou união sacramental, entre o sinal e a coisa significada; daí o fato de que os nomes e efeitos de um são atribuídos ao outro[3].

3. *Lc. 22.19-20; 1Co. 11.23-25.*

III

A graça que é representada nos sacramentos ou por eles, corretamente usados, não é conferida por qualquer poder neles existente; nem a eficácia de um sacramento depende da piedade ou da intenção daquele que o administra[4], mas sim da operação do Espírito Santo e da palavra da instituição, a qual contém, juntamente com o preceito que autoriza o uso dele, uma promessa de benefícios aos que dignamente o recebem[5].

4. *1Pe. 3.21.*
5. *1Co. 11.23-26*

IV

Só há dois sacramentos ordenados por Cristo, nosso Senhor, no Evangelho, os quais são: o Batismo e a Ceia do Senhor[6]. Estas santas ordenanças devem ser ministradas somente por aqueles que, para isso, estejam qualificados, e que sejam chamados por um comissionamento de Cristo[7].

6. *Mt. 26.26-28; 28.19; Mc. 14. 22-24; 16.15; Lc. 22.19-20.*
7. *At. 20.28; Fp. 1.1; Tt. 1.5; 1Pe. 5.1-4.*

31 Do batismo

I

Cremos e confessamos que o Batismo é um sacramento do Novo Testamento, ordenado por Jesus Cristo, para servir ao batizando de sinal e selo do pacto da graça, de seu enxerto em Cristo, de sua regeneração, da remissão de pecados, e de sua total entrega a Deus através de Jesus Cristo, para andar em novidade de vida[1]. Esta ordenança, segundo a determinação do próprio Cristo, há de continuar em Sua Igreja até ao final do mundo[2].

1. *Mt. 28.19-20; Mc. 16.15; At. 2.38; 22.16; 1Pe. 3.21.*
2. *Mt. 28.19-20; Mc. 16.15.*

II

O elemento exterior, usado neste sacramento, é água, com a qual a pessoa é batizada no nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo[3], por aqueles que são qualificados e legitimamente chamados por um comissionamento de Cristo[4].

3. *Mt. 28.19; At. 8.36-39; 10.47; 22.16.*
4. *At. 20.28; Fp. 1.1. Tt. 1.5; 1Pe. 5.1-4.*

III

O batismo é corretamente administrado derramando ou aspergindo água sobre o batizando[5].

5. *At. 2.41; 8.12; 9.18; 10.47-48; 1Co. 10.2.*

IV

Somente aqueles que realmente professam arrependimento, fé e obediência a Cristo devem ser batizados, e apenas estes[6].

6. *Mt. 3. 4-8; 28.19; Mc. 16.15-16; At. 2.38, 41; 8.12, 36-38; 16.14-15, 30-33.*

V

Posto que seja um grande pecado menosprezar ou negligenciar esta ordenança[7], contudo, a graça e a salvação não se acham tão inseparavelmente ligadas a ela que sem ela, ninguém possa ser salvo[8] ou que todos os que são batizados sejam indubitavelmente regenerados[9].

7. *Lc. 7.30.*
8. *Lc. 23. 39-43.*
9. *At. 8.13,18-23.*

VI

A eficácia do batismo não se atém ao momento em que ele é administrado; não obstante, mediante o correto uso desta ordenança, a graça prometida não só é oferecida, mas realmente representada e

conferida pelo Espírito Santo àqueles a quem ela pertence, segundo o conselho da própria vontade de Deus, em Seu tempo determinado[10].

10. *At. 2. 38, 41; 22.16; 1Pe. 3.21.*

VII

O Batismo deve ser administrado só uma vez a uma mesma pessoa[11].

11. *Mt. 28. 18-20; At. 2. 38; 1Co. 1.14-16.*

32 Da ceia do Senhor

I

Cremos e confessamos que na noite em que foi traído, nosso Senhor Jesus instituiu o sacramento do Seu corpo e sangue, chamado Ceia do Senhor[1], para ser observado em Sua Igreja até ao fim do mundo, a fim de lembrar perpetuamente o sacrifício que, em Sua morte, Ele fez de Si mesmo[2]. Tal sacramento serve para selar aos verdadeiros crentes, todos os benefícios provenientes desse sacrifício; o nutrimento espiritual de Sua Igreja e crescimento nEle e a sua obrigação de cumprir todos os seus deveres para com Ele; e ser um vínculo e penhor de sua comunhão com Ele e de uns com os outros, como membros do Seu corpo místico[3].

1. *Lc. 22. 14-20.*
2. *1Co. 11.23-26.*
3.*1Co.10. 16-17; 12.13.*

II

Neste sacramento, Cristo não é oferecido a Seu Pai, nem de modo algum se faz sacrifício real para remissão de pecados dos vivos ou dos mortos[4]; mas apenas um memorial daquela única oferenda que Ele fez de Si mesmo na cruz uma vez por todas e uma oblação espiritual de

todo louvor possível a Deus pelo mesmo[5], de modo que o sacrifício papal da missa (como chamam) não passa de algo muitíssimo abominável e injurioso ao único sacrifício de Cristo, o qual é a única propiciação por todos os pecados dos eleitos[6].

4. *Hb. 9.22, 23-26, 28.*
5. *Mt. 26. 26-29; 1Co. 11. 24-26; Lc. 22.19-20.*
6. *Hb. 7.23-24, 27-28; 10.11-12, 14, 18.*

III

O Senhor Jesus, nesta ordenança, mandou que Seus ministros orassem e abençoassem os elementos, pão e vinho, assim separando-os do uso comum para um uso santo[7]; e que tomassem e partissem o pão, tomassem o cálice e (participando também eles mesmos) dessem ambos os elementos aos comungantes[8].

7. *Mt. 26.26-28; 1Co. 10.16.*
8. *Mc. 14. 22-26; 1Co. 11.23-25.*

IV

As missas particulares, ou a recepção deste sacramento sozinho pelo sacerdote ou por qualquer outra pessoa[9], bem como a recusa do cálice ao povo[10], a adoração dos elementos, a elevação deles ou carregá-los em procissão para serem adorados, e a conservação deles para algum pretenso fim religioso, são contrários à natureza deste sacramento e à instituição de Cristo[11].

9. *1Co. 10.16.*
10. *Mc. 14.23; 1Co. 11.25-29.*
11. *Mt. 15.9; 1Jo. 5.20-21.*

V

Os elementos exteriores deste sacramento, devidamente separados para os usos ordenados por Cristo, têm tal relação com o Cristo crucificado que, verdadeiramente, contudo só num sentido sacramental, são às vezes chamados pelo nome das coisas que representam, a saber, o corpo e o sangue de Cristo[12]; se bem que, em substância e natureza, ainda permanecem sendo real e somente pão e vinho, como eram antes[13].

12. *Mt. 26.26-28.*
13. *1Co. 11.26-28. Mt. 26.29.*

VI

A doutrina que defende a transformação da substância do pão e do vinho na substância do corpo e do sangue de Cristo (comumente chamada Transubstanciação), por meio da consagração por um sacerdote ou por algum outro meio, é repugnante não somente à Escritura, mas até mesmo ao senso comum e à razão; destrói a natureza do sacramento[14] e tem sido a causa de infindáveis superstições, e de idolatrias até grosseiras[15].

7. *Lc. 7.30.*
8. *Lc. 23. 39-43.*
9. *At. 8.13,18-23.*

VII

Agora, há certeza absoluta de que Jesus Cristo não nos ordenou Seus sacramentos à toa. Então, Ele realiza em nós tudo o que nos apresenta por estes santos sinais, embora de maneira além da nossa compreensão, como também a ação do Espírito Santo é oculta e incompreensível16. Entretanto, não nos enganemos dizendo que, o que comemos e bebemos, é o próprio corpo natural e o próprio sangue de Cristo. Porém, a forma pela qual

os tomamos não é pela boca, mas, espiritual, pela fé. Desta maneira, Jesus Cristo permanece sentado à direita de Deus, Seu Pai, no céu[17] e, contudo, Ele se comunica a nós pela fé. Nesta ceia festiva e espiritual, Cristo nos faz participar de Si mesmo com todas as suas riquezas e dons e deixa-nos usufruir tanto de Si mesmo como dos méritos de Seu sofrimento e morte[18]. Ele alimenta, fortalece e consola nossa pobre alma desolada pelo comer de Seu corpo, e a reanima e renova pelo beber de Seu sangue[19].

16. *Jo. 3.8.*
17. *Mc. 16.19; At. 3.21.*
18. *Rm. 8.32; 1Co. 10.3-4.*
19. *Jo. 6. 48, 50-51, 53-57.*

VIII

Os que comungam com dignidade, participando externamente dos elementos visíveis deste sacramento, também estão internamente pela fé, realmente e de fato, se bem que não carnal e fisicamente, mas espiritualmente, recebendo e se alimentando do Cristo crucificado e de todos os benefícios de sua morte; então o corpo e o sangue de Cristo não estão, corporal ou carnalmente, nos elementos, pão ou vinho, nem com eles, nem sob eles, mas presentes nessa ordenança espiritualmente à fé dos crentes de modo tão real como os próprios elementos estão presentes aos seus sentidos[20].

20. *1Co. 10. 16; 11.28-30.*

IX

Todas as pessoas ignorantes e ímpias, como são incapazes de desfrutar de comunhão com o Senhor, são também indignas de Sua mesa, e não podem, sem grave pecado contra Cristo, participar desses santos mistérios[21] nem a eles serem admitidas, enquanto permanecerem nesse

estado[22]; igualmente, quem receber indignamente torna-se réu do corpo e do sangue do Senhor, comendo e bebendo para sua própria condenação[23].

21. *1Co. 10. 21; 11. 27. 2Co. 6.14-16.*
22. *Mt. 7.6; 1Co. 5.6-7, 13.*
23. *1Co. 11. 29-30.*

33 Do estado dos homens depois da morte e da ressurreição dos mortos

I

Cremos e confessamos que os corpos dos homens, após a morte, voltam ao pó e experimentam corrupção[1]; suas almas, porém (que nem morrem, nem dormem), possuindo existência imortal, imediatamente voltam para Deus que as deu[2]. As almas dos justos, sendo então aperfeiçoadas em santidade, são recebidas no mais alto céu, onde contemplam a face de Deus em luz e glória, aguardando a plena redenção de seus corpos[3]; e as almas dos réprobos são lançadas no inferno, onde permanecem em tormento e completa escuridão, reservadas para o juízo do grande dia. Além desses dois lugares para as almas separadas de seus corpos, a Escritura desconhece qualquer outro[4].

1. *Gn. 3.19; Ec. 3.20.*
2. *Ec. 12.7; Lc. 23. 43; Fp. 1. 23.*
3. *2Co. 5. 1, 8; Hb. 12.23; Ap. 6.9-11.*
4. *Lc. 16.19-24; Jd. 6,7; 2Pe. 2.4.*

II

No último dia, os que se encontrarem ainda vivos não morrerão, mas serão transformados[5] e todos os mortos ressuscitarão com seus mesmos corpos, e não outros, ainda que com propriedades diferentes, os quais se unirão novamente às suas almas, para sempre[6].

5. *1Co. 15. 51-54; 1Ts. 4.15-17.*
6. *1Co. 15. 35-49; 1Ts. 4.16.*

III

Os corpos dos injustos, pelo poder de Cristo, ressuscitarão para desonra[7]; os corpos dos justos, pelo Seu Espírito, ressuscitarão para honra e para serem feitos semelhantes ao próprio corpo glorioso de Cristo[8].

7. *Dn.12.2; Jo. 5. 28-29; At. 24.15; Ap. 20. 12-15.*
8. *Fp. 3.20-21; 1Jo. 3. 2-3.*

34 Da segunda vinda e do juízo final

I

Cremos e confessamos que a segunda vinda do Senhor dar-se-á de forma pessoal[1], corporal e visível[2] e gloriosa[3].

1. *Jo 14.3; At 1.11; 1Ts 4.16.*
2. *At 1.11; Mt 24.30; Ap 1.7.*
3. *Mt 16.27; 24.30; 25.31; Mc 13.26; 1Pe 4.13.*

II

Deus determinou um dia em que, com justiça, julgará o mundo por meio de Jesus Cristo[4], a Quem foram dados pelo Pai todo poder e todo juízo[5]. Naquele dia, não só os anjos apóstatas serão julgados[6], mas também todas as pessoas que tiverem vivido na terra comparecerão ante o tribunal de Cristo, a fim de prestarem conta de seus pensamentos, palavras e feitos, e receberem o galardão de acordo com o que tiverem feito no corpo, seja o bem, seja o mal[7].

4. *At.17.31; Ap. 20.11-15.*
5. *Jo. 5.22, 27.*
6.*1Co. 6.3; 2Pe. 2.4; Jd. 6.*
7. *Ec. 12.14; 12; Mt. 12.36-37; Rm. 2.16; 14.10; 2Co. 5.10..*

III

O fim que Deus tem em vista, determinando esse dia, é a manifestação da glória de Sua graça na salvação eterna dos eleitos[8], e Sua justiça na condenação dos réprobos, que são perversos e desobedientes[9]. Pois então os justos entrarão na vida eterna, e receberão aquela plenitude de alegria e glória, com galardão eterno, na presença do Senhor; mas os perversos, que não conhecem a Deus e não obedecem ao Evangelho de Jesus Cristo, serão lançados nos tormentos eternos e serão punidos com eterna destruição, banidos da face do Senhor e da glória de Seu poder[10].

8. *Mt. 25. 31-34; Rm. 9.23.*
9. *Rm. 2.5-6; 2Ts. 1.7-8.*
10. *Mt. 25.31-34; At. 3.19; Ap. 20. 11-15.*

IV

Assim como Cristo, para refrear todos os homens do pecado e para maior consolação dos santos em sua adversidade[11], deseja que vivamos plenamente persuadidos de que haverá um juízo, também deseja que esse dia seja desconhecido dos homens, para que lancem fora toda segurança carnal e sejam sempre vigilantes, porquanto não sabem a que hora virá o Senhor, e estejam continuamente preparados a dizer: ***"Vem, Senhor Jesus, vem depressa! Amém"***[12]***.***

11. *2Pd. 3.11, 14.*
12. *Mt. 24.36, 42-44; Mc. 13.35-37; Lc. 12.35-36; 21.27-28; 2Co. 5.10-11; 2Ts. 1.5-7; Ap. 22.20.*

Da Instituição das Igrejas e a Ordem Apontada nelas por Jesus Cristo

1. Por determinação do Pai, todo poder para a vocação, instituição, ordem ou governo da Igreja, está investido de maneira suprema e soberana no Senhor Jesus Cristo, como Seu Rei e Cabeça.

2. Na execução desse poder que Lhe foi assim confiado, o Senhor Jesus chama do mundo para comunhão consigo, aqueles que Lhe são dados por Seu Pai, para que possam andar diante d'Ele em todos os caminhos da obediência, as quais Ele lhes prescreveu em Sua Palavra.

3. Aos assim chamados (através do ministério da Palavra pelo Espírito de Cristo) Ele ordena que andem juntos em sociedades ou Igrejas locais para sua mútua edificação e o devido desempenho do culto público, que lhes é exigido neste mundo.

4. A cada uma dessas Igrejas assim reunidas, de acordo com a Sua vontade declarada em Sua Palavra, Ele deu todo aquele poder e autoridade, que são de qualquer maneira necessários para levar adiante a ordem no culto e na disciplina, que instituiu para que observem como mandamentos e normas para o devido e correto emprego e exercício desse poder.

5. Essas Igrejas locais assim estabelecidas pela autoridade de Cristo, e dotadas de poder por Ele para os fins anteriormente expressos, são, cada uma delas, no que concerne a esses fins, a sede desse poder que Lhe agrada comunicar

a Seus santos ou súditos neste mundo, de modo que elas o recebem diretamente d'Ele.

6. Além dessas Igrejas locais, não foi instituída por Cristo nenhuma igreja mais extensa ou católica dotada de poder para a administração de suas ordenanças [Batismo e Ceia do Senhor] ou a execução de qualquer autoridade em Seu nome.

7. Uma Igreja local, reunida e formada segundo a mente de Cristo, consiste de oficiais e membros. Tendo o Senhor Jesus Cristo concedido aos então chamados (unidos na ordem da Igreja segundo o seu estabelecimento) à liberdade e o poder de escolher pessoas aptas pelo Espírito Santo para esse propósito, de estarem acima deles e de ministrar-lhes no Senhor.

8. Os membros dessas Igrejas são santos por chamamento, manifestando visivelmente e evidenciando (na sua profissão de fé e pelo seu modo de andar) sua obediência a esse chamado de Cristo. Esse chamado é bem conhecido de cada um pela confissão de fé operada neles pelo poder de Deus, que é declarada e manifesta por eles mesmos. Assim, esses irmãos consentem voluntariamente em andar juntos segundo a determinação de Cristo, entregando-se ao Senhor e uns aos outros conforme a vontade de Deus, em sujeição professa às ordenanças do Evangelho.

9. Os oficiais apontados por Cristo para serem escolhidos e consagrados pela Igreja, assim chamada e unida para a peculiar administração das ordenanças e execução do poder e dever que Ele lhes confia, ou chama para ter, para continuarem até o fim do mundo, são os pastores, presbíteros e diáconos.

10. Igrejas assim reunidas e congregadas para o culto a Deus são, desse modo, visíveis e públicas, e seus ajuntamentos (em qualquer lugar que ocorram, conforme a liberdade ou oportunidade que tenham) são, consequentemente, assembleias ou Igrejas públicas.

11. O modo estabelecido por Cristo para o chamamento de qualquer pessoa, apta e capacitada pelo Espírito Santo, para o ofício de pastor, presbítero e diácono de uma Igreja, é que ele seja escolhido pelo voto comum da própria Igreja, e solenemente separado mediante jejum e oração, com a imposição de mãos.

12. A essência desse chamado para a função de pastor, presbítero e diácono consiste na eleição da Igreja, juntamente com a aceitação da mesma, e a separação mediante jejum e oração.

13. Embora seja incumbência dos pastores e presbíteros das Igrejas serem diligentes na pregação da Palavra, por meio do ofício; todavia, a obra da pregação da Palavra não está confinada exclusivamente a eles, mas aqueles outros também dotados e preparados pelo Espírito Santo para isto, e aprovados (sendo por formas e meios legítimos na providência de Deus assim chamados) podem pública, ordinária e constantemente fazê-lo; conforme se disponham para tanto.

14. Somente a ordenação, sem a eleição ou consentimento procedente da Igreja, por aqueles que anteriormente foram separados em virtude daquele poder que receberam mediante sua ordenação, não constitui qualquer pessoa um oficial da Igreja ou concede-lhe poder de ofício.

15. Uma Igreja composta de oficiais (de acordo com a vontade de Cristo) tem todo o poder para administrar todas as suas ordenanças; e onde houver necessidade de um ou mais oficiais, esse oficial, ou aqueles que estão na Igreja, podem administrar todas as ordenanças próprias aos seus deveres e ofícios particulares; mas, onde não houver oficiais, não se poderão administrar os selos, nem poderá a Igreja autorizar ninguém a assim fazer.

16. Na realização das administrações da Igreja, nenhuma pessoa deve ser adicionada a Igreja, a não ser pelo consentimento da própria Igreja; para que assim o amor (sem dissimulação) possa ser preservado entre todos os seus membros.

17. Consideramos que o Senhor Jesus Cristo apontou e instituiu como meios de edificação, que aqueles que não procedem de acordo com as normas e leis apontadas por Ele (com respeito à fé e a vida, para que a justa ofensa não recaia assim sobre a Igreja) sejam censurados em Seu nome e autoridade. Toda igreja tem em si o poder para exercitar e executar todas aquelas censuras apontadas por Ele na forma e ordem prescritas no Evangelho.

18. As censuras assim apontadas por Cristo são a admoestação, e a excomunhão. E, considerando que algumas ofensas são ou podem ser conhecidas

somente por alguns, foi apontado por Cristo que, aqueles a quem elas são conhecidas, repreendam primeiro o ofensor em particular. No caso de ofensas públicas, onde há algum pecado, perante todos. Ou, em caso de não surtir efeito uma admoestação privada, a ofensa seja relatada à Igreja, e, se o ofensor não manifestar seu arrependimento, deve ser avidamente admoestado em nome de Cristo por toda a Igreja e seus oficiais; e se essa censura não resultar em seu arrependimento, então ele deve ser rejeitado mediante excomunhão com o consentimento da Igreja.

19. Como todos os crentes estão destinados a unir-se a Igrejas locais, quando e onde tenham oportunidade para assim fazer, ninguém é admitido aos privilégios das Igrejas sem se submeter à lei de Cristo nas censuras para o seu governo.

20. Sendo esta a forma prescrita por Cristo em caso de ofensa, nenhum membro da Igreja que cometeu qualquer ofensa, havendo cumprido os deveres dele requeridos nessa questão, deve perturbar qualquer ordem da Igreja, ou ausentar-se dos cultos públicos, ou da administração de alguma ordenança sob esse pretexto, mas esperar em Cristo pelo procedimento posterior da Igreja.

21. O poder das censuras assentado por Cristo em uma Igreja local deve ser exercido unicamente com relação aos próprios membros de cada Igreja, respectivamente como tais.

22. Para evitar diferenças que de outro modo podem surgir, para a maior solenidade na celebração das ordenanças de Cristo, e a abertura de um caminho para um uso mais amplo dos dons e graças do Espírito Santo, os santos – vivendo em uma cidade ou vilarejo, ou dentro de distâncias semelhantes, podem convenientemente congregar-se para o culto divino, e devem preferencialmente juntar-se em uma só Igreja para seu fortalecimento mútuo e edificação, ao invés de organizar várias sociedades distintas.

23. Todas as Igrejas e todos os seus membros estão destinados a orar continuamente pelo bem ou prosperidade de todas as Igrejas de Cristo em todos os lugares, e em todas as ocasiões favorecê-las nisto (todas dentro dos limites de seus lugares e chamados, no exercício de seus dons e graças). Assim, as próprias Igrejas (quando plantadas pela providência de Deus, de forma que

possam ter oportunidade e vantagem nisto) devem celebrar a comunhão entre si por sua paz, incremento do amor, e edificação mútua.

24. Em casos de dificuldades ou divergências, sejam em pontos de doutrina ou nas administrações, onde estejam as Igrejas em geral, ou qualquer Igreja em sua paz, união, e edificação esteja sendo perturbada, ou qualquer membro ou membros de qualquer Igreja tenham sido ofendidos, ou por qualquer censura em andamento, não de acordo com a verdade e a ordem: está de acordo com a mente de Cristo, que muitas Igrejas que mantém comunhão entre si, encontrem-se, mediante seus representantes, em sínodos ou concílios, para considerarem e aconselharem-se sobre essa questão em divergência, sendo relatado [seu parecer] a todas as Igrejas envolvidas.

25. Pessoas que estão associadas a uma Igreja local, não devem apressadamente ou sem justa causa retirar-se da comunhão da Igreja à qual estão associadas. Ainda assim, quando qualquer pessoa deixar alguma Igreja sem culpa, seja por falta da administração de qualquer ordenança instituída por Cristo, ou devido à ausência da fiel pregação bíblica, ou compelida a qualquer coisa em prática não autorizada pela Palavra, ou em caso de perseguição, ou por uma questão de conveniência habitacional, ela, consultando a Igreja, ou o oficial ou oficiais nela existentes, poderá pacificamente deixar a comunhão da Igreja, com a qual tem até então caminhado, para juntar-se a alguma outra Igreja, onde possa gozar das ordenanças com a mesma pureza, para sua edificação e consolação.

26. As Igrejas genuinamente cristãs, como consistem de pessoas firmes na fé e com discurso adequado ao Evangelho, não devem recusar a comunhão entre si, até onde sejam consistentes com seus próprios princípios, respectivamente, ainda que não andem inteiramente de acordo com as mesmas normas de ordem da Igreja.

27. Igrejas reunidas e andando segundo a mente de Cristo, julgando que outras Igrejas (embora menos puras) sejam verdadeiras Igrejas, podem receber para comunhão ocasional entre eles, os membros dessas Igrejas, caso possuam testemunho crível de serem crentes e de viverem sem ofensas.